

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 069/2022
Data: 01/06/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
CAOS LOGÍSTICO NOS PORTOS PODE TERMINAR EM BATALHA JUDICIAL	4
NOVO PERÍODO DE CONCESSÃO É SUGERIDO	5
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
VISITA TÉCNICA DA ANTAQ VERIFICA CONDIÇÕES PARA O FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS (AM)	6
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	7
NONA EDIÇÃO DO MAIO AMARELO REFORÇA LUTA POR UM TRÂNSITO MAIS SEGURO NO BRASIL.....	7
CONTORNO RODOVIÁRIO DE JATAÍ (GO) IMPULSIONARÁ CRESCIMENTO ECONÔMICO EM ROTA DO AGRONEGÓCIO	7
MOTORISTAS BRASILEIROS TERÃO CARTEIRA DE HABILITAÇÃO COM TRÊS IDIOMAS E MAIS SEGURANÇA	8
GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF.....	9
MEDIDA PROVISÓRIA QUE MODERNIZA OS CARTÓRIOS É APROVADA NO CONGRESSO.....	9
RECEITA FEDERAL PRORROGA O PRAZO PARA ADEÇÃO AO RELP	11
RECEITA FEDERAL RECEBEU UM TOTAL DE MAIS DE 36 MILHÕES DE DECLARAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA 2022	11
CÂMARA DOS DEPUTADOS – DF.....	12
CÂMARA APROVA MP QUE ALTERA INCENTIVOS FISCAIS À INDÚSTRIA PETROQUÍMICA; TEXTO SEGUE PARA SANÇÃO.....	12
BE NEWS – BRASIL EXPORT	14
EDITORIAL - O FUTURO EM DISCUSSÃO	14
NACIONAL - HUB – CURTAS	15
PLANEJAMENTO	15
COMBUSTÍVEIS	15
NOVA CNH.....	15
NACIONAL - THINK TANK BRASIL EXPORT VAI DEBATER INOVAÇÕES E TENDÊNCIAS DO MERCADO	15
NACIONAL - MINISTRO RELATOR PREVÊ QUE TCU APROVARÁ HOJE A RENOVAÇÃO DA MRS.....	17
NACIONAL - ANAC QUER AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PARQUES DE ABASTECIMENTO DE AERONAVE	19
REGIÃO CENTRO-OESTE E SUDESTE - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA CRESCE 30% EM MATO GROSSO	20
REGIÃO CENTRO-OESTE E SUDESTE - ANM DÁ AVAL A PLANO ECONÔMICO DE MINERADORA CHINESA EM MG.....	21
REGIÃO SUL - SÃO FRANCISCO DO SUL (SC) EMBARCA 25 MILHÕES DE LITROS DE ÓLEO DE SOJA PARA A CHINA	22
REGIÃO SUL - RIO GRANDE RECEBE PÁS EÓLICAS PARA O PARQUE DO BOLAXA	23
REGIÃO SUL – PORTO DE PARANAGUÁ EXPORTA MAIS DE 600 MIL TONELADAS DE FRANGO CONGELADO	24
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	25
TERMINAL AÇUCAREIRO COPERSUCAR COMPLETA 24 ANOS.....	25
COFCO INICIA CONTRATAÇÕES PARA O PROJETO STS11	26
HACKATHON DO PORTO DE SANTOS PROMETE INTEGRAR A COMUNIDADE PORTUÁRIA.....	26
ONE ANUNCIA ENCOMENDAS DE CONSTRUÇÃO PARA DEZ NAVIOS PORTA-CONTENTORES DE 13.700 TEU	27
TURQUIA E RÚSSIA DISCUTIRÃO CORREDOR DE EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DA UCRÂNIA	28
JORNAL O GLOBO – RJ.....	29
PETROBRAS RECEBE DOCUMENTOS E JÁ ANALISA NOME DE PAES DE ANDRADE PARA PRESIDÊNCIA.....	29
EM DOCUMENTO A SENADORES, GOVERNO AFIRMA QUE ALTA NA ARRECADAÇÃO COMPENSA PERDA DE ESTADOS EM PROJETO QUE LIMITA ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS E ENERGIA	30
ENEVA ASSINA ACORDO PARA COMPRA DA TERMELÉTRICA DA CELSE, UMA DAS MAIORES DA AMÉRICA LATINA, POR R\$ 6,1 BI.....	32
CONGONHAS: TCU PODE APROVAR PRIVATIZAÇÃO NESTA QUARTA, E GOVERNO CORRE PARA FAZER LEILÃO EM AGOSTO	32
CÂMARA APROVA MP QUE CRIA SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	34
HIDROVIAS DO BRASIL INICIA ELETRIFICAÇÃO DA FROTA COM O OBJETIVO DE REDUZIR POLUENTES NA AMAZÔNIA	34
VALOR ECONÔMICO (SP).....	36
TCU APROVA RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DA MRS ATÉ 2056	36
PRODUTORES DE PETRÓLEO RUSSOS ESTÃO UM PASSO À FRENTE DAS SANÇÕES	36
69% DOS OPERADORES LOGÍSTICOS NÃO CONSEGUIRAM REPASSAR ALTA DE CUSTOS EM 2021, DIZ ILOS/ABOL	38
MALÁSIA AMPLIA LISTA DE PAÍSES COM RESTRIÇÕES A EMBARQUES DE ALIMENTOS	39



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 069/2022
Página 3 de 50
Data: 01/06/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

PORTAL PORTOS E NAVIOS	40
ESTALEIROS CHINESES VEEM DESACELERAÇÃO DAS ENCOMENDAS EM MEIO AO IMPACTO DA COVID EM 2022	40
ANTAQ DÁ SINAL VERDE PARA TRANSFERÊNCIA DO TVV PARA SUBSIDIÁRIA DA MSC	40
ENEVA ASSINA ACORDO PARA AQUISIÇÃO DA CELSE	41
TEREX CRANES ANUNCIA NOVA ESTRATÉGIA COMERCIAL PARA O BRASIL	42
PLANO DE INVESTIMENTOS PARA A RENOVACÃO DA CONCESSÃO DA MRS É APROVADO PELO TCU	43
ARTIGO - PROBLEMAS COM PORTO DE XANGAI NÃO TERMINARÃO TÃO CEDO	44
BR DO MAR PODE REDUZIR TEMPO DE ESPERA POR ESTÁGIOS EMBARCADOS, AVALIA DPC	45
ONE ENCOMENDA 10 PORTA-CONTÊINERES DE 13,7 MIL TEUS	46
TERMINAIS AVALIAM CUSTOS DE NOVAS ESPECIFICAÇÕES PARA EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ADUANEIROS	46
SUAPE INVESTE EM TECNOLOGIA IP PARA CONTROLE DE ACESSO E SEGURANÇA	48
SÃO FRANCISCO DO SUL - DOIS NAVIOS LEVAM 25 MILHÕES DE LITROS DE ÓLEO DE SOJA PARA CHINA	49
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	50
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	50



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CAOS LOGÍSTICO NOS PORTOS PODE TERMINAR EM BATALHA JUDICIAL

Falta de contêineres em todo o mundo, lockdowns na China e guerra na Ucrânia preocupam empresas do setor

Por: Ágata Luz



Caos logístico ocorre desde o início da pandemia de covid, refletindo em aumento dos valores do frete e, no Brasil, em atrasos na importação e exportação Foto: Arquivo/Carlos Nogueira/AT

Em meio aos problemas logísticos que vêm marcando o ano de 2022 nos portos mundiais, advogados especialistas em Direito Portuário citam um aumento na procura por parte de operadores logísticos que, preocupados com os atrasos na chegada e saída de mercadorias, buscam auxílio jurídico. A Tribuna apurou que há risco de uma onda de ações nos próximos meses se não houver soluções.

Com a guerra entre Rússia e Ucrânia, a crise mundial de contêineres e os lockdowns decretados na China, um verdadeiro caos logístico ocorre desde o início da pandemia de covid-19, refletindo em aumento dos valores do frete e, no Brasil, em atrasos na importação e exportação. Segundo advogados, a maior discussão recai sobre a fórmula ideal para frear os prejuízos.

Grande demanda

O advogado Rafael Ferreira, que faz parte da Advocacia Ruy de Mello Miller, explica que o setor portuário tem gerado uma demanda grande de consultas para saber até onde um atraso de carga pode gerar uma indenização, por exemplo. “Todas as partes envolvidas estão tentando entender o que podem ou não exigir para, eventualmente, levar essas disputas ao Judiciário, e verificar quais direitos possuem”.

De acordo com ele, cada caso possui uma particularidade, como o tipo de prejuízo acarretado com o atraso (se a carga estragou, se havia prazo contratual), além dos motivos alheios à rotina dos operadores logísticos. “Há uma série de possibilidades. O armador poderia ter entregue a carga mais rápido ou diante do cenário mundial, não tem culpa por estar sujeito às diversas regulações dos portos?”

Ferreira explica que todos os problemas logísticos fazem parte de uma mesma cadeia. “Não é só a falta de contêiner, por exemplo. Envolve outras questões, em especial atraso nas escalas das atracações, junto com omissões de escalas e outros aspectos. Essas disputas não surgiram com a pandemia, mas nela foram piorando. Ninguém esperava, então a gente pode encaixar esse cenário como algo de força maior”.

Prazos na mira

O sócio-fundador do escritório Poliszczuk Advogados, Marcos Poliszczuk, concorda que o prazo é a principal motivação para possíveis futuras disputas jurídicas. “É uma questão de direito contratual”, explica, citando a importação de cargas perecíveis como exemplo. “Mas, se é decorrente de uma guerra ou força maior, não tem os motivos para reclamar e perde a ação”.

Juridicamente, ele enfatiza que a crise de contêineres tem potencial para impactar a logística de maneira geral com problemas contratuais. “Você já tem um serviço contratado e, de repente, sua carga não está saindo pela falta do contêiner e tem que fazer uma nova contratação. Alguém terá

que pagar a conta desta dupla contratação. Do ponto de vista jurídico, pode acionar o primeiro contratado? Esse tipo de situação pode existir”.

Para dar um exemplo de multiplicidade, ele ressalta que, no Porto de Santos, houve recentemente problemas de atraso devido à operação padrão dos servidores da Receita Federal. “Mas a maior demanda está sendo por conta da guerra. O fluxo não está normal e há grande prejuízo na parte logística. Isso pode gerar disputa jurídica no futuro, depende de qual dano a empresa vai sofrer”.

Para Ferreira, a procura dos operadores logísticos por auxílio jurídico é uma “questão mais preventiva”. “As partes querem entender como essa crise global vai afetar seu negócio e essa relação com os outros players. O problema existe e não é culpa de ninguém”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 01/06/2022

NOVO PERÍODO DE CONCESSÃO É SUGERIDO

Investidores propõem que Santos Port Authority (SPA) seja privatizada por 50 anos; especialistas manifestam preocupação com o tema

Da Redação



A intenção do Governo Federal é conceder o Porto de Santos para a iniciativa privada por 35 anos

Ao retornar de viagem a Nova Iorque, o ministro de Infraestrutura, Marcelo Sampaio, trouxe na bagagem uma nova sugestão para a desestatização do Porto de Santos: a ampliação do prazo de concessão da SPA de 35 para 50 anos. O pedido foi feito por empresários durante os roadshow realizados nos Estados Unidos e ainda será estudado pelo Governo, mas já preocupa especialistas do setor.

A possibilidade da ampliação do prazo foi citada por Sampaio em entrevista à Folha de S. Paulo. Nela, o ministro afirmou que os investidores internacionais temem que o prazo do modelo atual não seja suficiente para as contrapartidas previstas na concessão. Em nota para A Tribuna, o ministério confirmou que “uma das sugestões apresentadas na fase de consulta pública foi da ampliação do período do contrato de concessão”.

A pasta explicou que a análise das contribuições sobre a desestatização “está em fase final de elaboração, bem como a avaliação dos impactos na modelagem acerca das contribuições que serão acatadas”. Segundo o ministério e a Antaq, após a análise das contribuições, o projeto será enviado ao TCU.

Para o diretor-presidente da Fenop, Sérgio Aquino, o Governo Federal demonstra cuidado com o processo de desestatização ao afirmar que avaliará a proposta. No entanto, ele revela preocupação com a possível ampliação do prazo, pois acredita que a base do processo deve ser a privatização da Codesa, leiloadada em março por 35 anos.

“O ideal seria esperar a efetivação e o funcionamento desse sistema no Porto de Vitória, que já passou pela licitação, e verificar como as coisas acontecem para eventuais correções. Em análise inicial, não conclusiva, acredito que o ideal seria não alongar o período”.

Porém, Aquino garante que o estudo da União sobre o tema é essencial devido ao temor de investidores sobre o tempo para as contrapartidas previstas. “Os trabalhos e posicionamentos emitidos mostram que o prazo atual é suficiente para atratividade. Agora, a resposta a isso se dará com aprofundamento de estudos”.

O consultor portuário Fabrizio Pierdomenico, da Agência Porto Consultoria, concorda com Aquino quanto ao risco de mudar o prazo de concessão em um modelo que ainda não foi implantado no

País. “Até porque uma das críticas feitas ao modelo da Austrália, que inspira e serve de base para a privatização da Autoridade Portuária no Brasil, foi de fato de que as concessões tinham prazos dilatados”.

O também consultor portuário Ivam Jardim lembra que seria necessária uma mudança na Lei dos Portos, pois o Brasil não tem legislação para uma concessão acima de 50 anos. “Hoje, são 35 anos com prorrogações sucessivas até o prazo máximo de 70 anos. A legislação teria que ser alterada. Não vejo isso como fácil, ainda mais porque querem fazer tudo ainda esse ano e o calendário está apertado”.

O Governo Federal prevê o leilão da Autoridade Portuária de Santos para o segundo semestre. Segundo Jardim, ao final dos 35 anos, o concessionário ainda poderá propor novos investimentos e, assim, expandir sucessivamente a concessão até 70 anos. “Há concessões mundo afora de 100 anos, mas para nossa cultura brasileira e esse modelo, 35 anos são suficientes”.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 01/06/2022



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

VISITA TÉCNICA DA ANTAQ VERIFICA CONDIÇÕES PARA O FESTIVAL FOLCLÓRICO DE PARINTINS (AM)

Equipe foi verificar as condições do porto público e coordenar as ações com órgãos municipais e Marinha para o evento. Cidade deve receber 60 mil visitantes



Porto Público – Parintins

A ANTAQ realizou, entre os dias 24 e 26 de maio, visitas técnicas ao município de Parintins (AM) com o objetivo de verificar as condições para o recebimento das embarcações de passageiros para o Festival Folclórico da cidade. O evento, suspenso por dois anos em decorrência da pandemia, será realizado este ano entre os dias 24 e 26 de junho, com a expectativa de mais de 60 mil visitantes e cerca de pelo menos 180 embarcações.

Saiba mais sobre os Direitos e Deveres dos Passageiros

Em reunião com o prefeito de Parintins, Bi Garcia, a ANTAQ apresentou o plano de ação em conjunto com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a Marinha do Brasil para operação no porto público. A Agência também reforçou a importância da sua atuação durante o festival. A autarquia age como ente fiscalizador e orientador das operações portuárias no período, além de primar pelo conforto e serviço adequado oferecido aos visitantes e turistas nas embarcações que estão sob sua responsabilidade.

De acordo com a Gerência Regional da ANTAQ em Manaus, 90% do público do festival chega por via fluvial e, também, utiliza o modal como acomodação durante o período de realização do evento. Para garantir a segurança dos visitantes, a Agência visitou o município com o objetivo de verificar as condições do porto público e coordenar as ações com os órgãos municipais e a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, ligada a Marinha do Brasil, para definição de áreas de fundeio e atracação disponíveis durante o festival.

A ANTAQ, junto com o DNIT, também realizou uma vistoria prévia do andamento das obras de restauração do porto, em estágio avançado e dentro do cronograma estabelecido para a plena operação para atender a festa popular.



Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ
Fone: (61) 2029-6520
FAX: (61) 2029-6517
E-mail: asc@antag.gov.br
Data: 01/06/2022



Ministério da Infraestrutura

GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF

NONA EDIÇÃO DO MAIO AMARELO REFORÇA LUTA POR UM TRÂNSITO MAIS SEGURO NO BRASIL

Em parceria com órgãos locais de trânsito, Governo Federal trabalha pelo fortalecimento da conscientização coletiva para diminuição de acidentes nas vias do país

Após um mês repleto de atividades de conscientização e ações educativas pelo país, a campanha do Maio Amarelo 2022 encerrou sua edição reforçando a luta do Governo Federal por um trânsito mais seguro a todos os brasileiros. “O Maio Amarelo realça a importância da união de todos setores e segmentos da sociedade para engajar em ações e propagar conhecimento”, afirmou o secretário-executivo do Ministério da Infraestrutura, Bruno Eustáquio.

Movimento internacional criado para chamar a atenção de toda a sociedade para a importância de um trânsito mais seguro para todos, o Maio Amarelo tem em 2022 o lema “Juntos salvamos vidas”, mesmo mote do Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans) para a próxima década. Durante todo o mês foram realizadas ações educativas de fiscalização e de engenharia, além de debates e discussões entre o poder público e a sociedade civil, de conscientização para redução de acidentes de trânsito no mundo.

Trabalho constante

“Essa luta não termina nunca. As atividades que foram promovidas pelos órgãos de trânsito foram intensas em todos os cantos do país. Em junho, não tem mais movimento Maio Amarelo, mas o trânsito continua e nós precisamos continuar trabalhando para que nenhum acidente de trânsito ocorra mais,” ressaltou o secretário nacional de Trânsito, Frederico Carneiro.

Ainda no encontro, Carneiro destacou o início da segunda turma do curso digital Visão Zero que tem como objetivo levar conceitos modernos em segurança viária, a partir de uma abordagem que reconhece que os seres humanos cometem erros quando usam as ruas e sistemas de transporte e em qualquer outra circunstância cotidiana.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 01/06/2022

CONTORNO RODOVIÁRIO DE JATAÍ (GO) IMPULSIONARÁ CRESCIMENTO ECONÔMICO EM ROTA DO AGRONEGÓCIO



Acompanhado pelo presidente Jair Bolsonaro, ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, vistoriou continuidade das obras nesta terça-feira (31), na BR-060/GO

Conclusão das obras vai desviar o alto fluxo de veículos de carga das vias urbanas - Foto: Divulgação/DNIT

Reconhecido por ser referência nacional na produção de soja e milho, o município de Jataí (GO) terá o escoamento impulsionado pelo avanço das obras do contorno rodoviário que interliga as BRs 060, 158 e 364. Nesta terça-feira (31), uma comitiva do



Governo Federal vistoriou a continuidade das intervenções nas rodovias federais, que têm investimentos na ordem dos R\$ 59 milhões.

As intervenções atendem a uma demanda antiga da população local e dos usuários que passam pela região, principalmente aqueles que precisam atravessar a cidade para chegar em seus destinos. As equipes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) já concluíram, na pista da esquerda, o vão central da ponte sobre o Rio Claro e o prolongamento do acesso da margem direita.

Com a conclusão das obras, o contorno desviará das vias urbanas o alto fluxo de veículos de carga, resultado do tráfego de longa distância. Isso vai diminuir o tempo de viagem dos usuários, favorecer a economia com combustível e garantir mais segurança e conforto para quem mora e passa pelo local. Além disso, o empreendimento deve favorecer o escoamento da produção da região para todo o país, proporcionando, assim, mais oportunidades para o agronegócio.

Serviços

Ainda do lado esquerdo, estão sendo feitos serviços de terraplenagem e, posteriormente, será realizada a pavimentação até o entroncamento com BR-364/GO. O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, estava acompanhado do presidente da República, Jair Bolsonaro, e do diretor-geral do DNIT, general Santos Filho. “Este empreendimento do Governo Federal vai trazer mais segurança para a mãe de família que vai buscar os filhos na escola, ao motorista profissional que enfrentará um trânsito mais fluido, além de gerar renda e emprego”, afirmou Sampaio.

Já no lado esquerdo do rio, mais próximo da cidade de Jataí, a autarquia está executando o encabeçamento para depois realizar a terraplanagem e a pavimentação. As equipes fazem, ainda, a concretagem das aduelas da ponte da pista da direita — das 18 previstas, oito já estão prontas. Nesse ritmo, seguindo o cronograma previsto, as obras das pontes sobre o rio e da pavimentação do subtrecho que liga o entroncamento com a BR-158/GO e o entroncamento da BR-364/GO, devem ser concluídas até o final de dezembro.

*Com informações da coordenação-geral de Comunicação Social do DNIT

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 01/06/2022

MOTORISTAS BRASILEIROS TERÃO CARTEIRA DE HABILITAÇÃO COM TRÊS IDIOMAS E MAIS SEGURANÇA



A partir de 1º de junho, as versões impressa e eletrônica da CNH ganham novo visual, com código de identificação internacional nova_cnh.jpeg

A partir de 1º de junho, motoristas habilitados no Brasil poderão usar a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) com tradução em três idiomas, facilitando o uso do documento em diversas partes do mundo. Além de aumentar a segurança, o novo documento, aprovado em dezembro passado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), aproxima o país dos padrões internacionais definidos pela Convenção de Viena.

Nas cores verde e amarela, identificação das categorias com equivalência internacional, a nova versão apresenta, ainda, tradução em português, inglês e espanhol, facilitando a identificação dos condutores brasileiros em solo estrangeiro. Com relação aos requisitos internacionais, a CNH terá o código MRZ (Machine Readable Zone ou Zona Legível por Máquina), o mesmo usado em passaportes.



Elaborado por meio de uma parceria entre a Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) do Ministério da Infraestrutura e o Serpro, empresa de tecnologia do Governo Federal, a nova versão da CNH, tanto impressa quanto no aplicativo para celular, contém uma tabela com as categorias e subcategorias de habilitação, permitindo que o condutor possa ser facilmente identificado quando estiver dirigindo fora do Brasil.

Essa versão aprimorada da carteira de habilitação foi determinada pela Resolução nº 886 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) e será emitida, de forma eletrônica ou impressa, para os condutores que forem renovar o documento, emitir a segunda via, alterar dados ou tirar a CNH pela primeira vez.

Facilidades

A entrada em vigor da nova CNH, porém, não invalida os documentos atuais, que continuam valendo em todo o Brasil até sua data de validade. O documento também terá um campo para indicar se o condutor exerce atividade remunerada e outro campo para anotação de possíveis restrições médicas. A nova CNH contará com mais dispositivos de segurança como tinta especial fluorescente que brilha no escuro, itens visíveis apenas com luz ultravioleta e holograma na parte inferior do documento, dificultando falsificações.

“Nosso trabalho no Governo Federal é simplificar e facilitar a vida do cidadão brasileiro”, afirmou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio. Além de reduzir a burocracia e tornar mais fácil a vida do contribuinte, a política de transformação digital do Governo Federal possibilita economia aos cofres públicos com o fim de processos analógicos e ultrapassados. Somente no MInfra, a economia já ultrapassa os R\$ 660 milhões anuais.

No verso, a CNH continua trazendo a tecnologia do QR Code Vio, que garante a autenticidade e a segurança dos documentos emitidos pelos órgãos públicos. De acordo com o secretário Nacional de Trânsito, Frederico Carneiro, a nova versão da CNH aproxima o Brasil dos países signatários da Convenção de Viena. “É um documento de identidade mais robusto, com mais informações, mais segurança, e facilitará a vida dos condutores dentro e fora do Brasil”, afirmou.

A CNH-e, disponível no aplicativo da Carteira Digital de Trânsito (CDT), também recebeu as alterações, contemplando todos os novos campos e atendendo à Resolução 886. “A CDT, que já é usada por mais de 35 milhões de brasileiros, terá os dois modelos, o atual para as emissões realizadas até 31 de maio e o novo, para as emissões realizadas a partir de 1º de junho”, explica Gileno Barreto, presidente do Serpro.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF
Data: 01/06/2022



Ministério da Economia

GOV – BR – MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DF

MEDIDA PROVISÓRIA QUE MODERNIZA OS CARTÓRIOS É APROVADA NO CONGRESSO

A MP 1.085/2021 implementa o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp) que permite que usuários de cartórios de registros públicos sejam atendidos via internet, de forma segura, transparente, mais rápida e barata

Nesta terça-feira (31/5) foi aprovada no Congresso Nacional a MP 1.085/2021 que permite que os cidadãos acessem pela internet os serviços dos cartórios de registros públicos do país.

A medida cria o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp), com o objetivo de desburocratizar esses registros e melhorar o ambiente de negócios brasileiro, através de um



atendimento digital e padronizado. Além disso, moderniza a Lei de Registros Públicos, atualiza a Lei dos Cartórios e aprimora os processos de incorporação imobiliária.

De acordo com o secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Pedro Calhman de Miranda, a reforma do sistema cartorial é uma das medidas com maior impacto na vida do cidadão.

“Hoje, mais da metade dos cartórios nem sequer tem página na internet, obrigando o cidadão a gastar tempo e dinheiro comparecendo presencialmente. A partir da implantação do sistema, os computadores e celulares permitirão acesso aos serviços para a população dentro da sua casa”, diz o secretário.

Com o Serp, os atos e negócios jurídicos serão registrados e consultados eletronicamente, de forma centralizada, possibilitando acesso mais rápido às informações sobre as garantias de bens móveis e imóveis. Isso aproxima o Brasil das melhores práticas internacionais e traz mais eficiência e segurança jurídica aos negócios realizados. Essa maior facilidade na consulta de dados terá impacto no mercado de crédito, facilitando o uso e conferência de garantias.

Com o ponto de acesso único na internet, acaba a peregrinação do cidadão pelos mais de 13 mil cartórios de registros civis, de pessoas jurídicas, de imóveis e títulos, para obter certidões e informações.

A medida permite ainda o uso de assinaturas digitais e a dispensa do reconhecimento de firma para registro de documentos e títulos. Reduzindo custo e burocracia assinaturas poderão ser feitas pelo cidadão utilizando seu cadastro na Plataforma GOV.BR.

Redução de Prazos

A medida traz também maior eficiência, com a redução dos prazos máximos dos serviços dos cartórios de registros. O prazo para registro de escrituras de compra e venda de imóveis passará de 30 dias corridos para 5 dias úteis. Já as certidões eletrônicas de inteiro teor da matrícula do imóvel deverão ser emitidas em até 4 horas.

Com a integração dos registros de garantias de bens móveis e imóveis em um sistema único, o canal de garantias será fortalecido no Brasil. Isto porque o Serp traz maior segurança e transparência para a utilização de bens móveis como garantia em operações de crédito, ao permitir o registro e a consulta de gravames e de indisponibilidades incidentes sobre tais bens. Mediante acesso unificado a essas informações, a medida ampliará o acesso e reduzirá o custo do crédito para empresas de menor porte que, muitas vezes, não possuem bens imóveis para dar como garantia.

Essa é uma das iniciativas do projeto + Garantias Brasil, que visa ao crédito mais acessível e mais barato para todos. A MP de modernização dos registros públicos amplia o alcance do Novo Marco de Garantias (PL 4.188/2021), também em apreciação no Congresso Nacional. Essas medidas, em conjunto com o Novo Marco de Securitização (MP nº 1.103/2022) e a Medida de Aprimoramento das Garantias Rurais (MP nº 1.104/2022), são reformas estruturantes da economia, com o intuito de fortalecer as garantias e aprofundar o mercado de crédito no país.

O texto aprovado segue agora à etapa de sanção do Presidente da República para conversão em lei. A efetiva implantação do sistema depende também de regulamentação pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O prazo máximo para implementação do Serp é 31 de janeiro de 2023.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF
Data: 01/06/2022



RECEITA FEDERAL PRORROGA O PRAZO PARA ADESÃO AO RELP

Micro e pequenas empresas, inclusive o MEI, poderão aderir ao programa de reescalonamento de pagamento de débitos até esta sexta-feira (3/6)

A Receita Federal prorrogou até a próxima sexta-feira (3/6) o prazo para adesão ao Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos do Simples Nacional (Relp) para débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A adesão está disponível no portal REGULARIZE.

O parcelamento é apenas para microempresas (ME), pequenas empresas (EPP) e microempreendedor individual (MEI) que sejam optantes atuais ou desenquadrados do Simples Nacional. Também podem aderir os CNPJs em recuperação judicial, baixados ou inaptos.

Podem ser parcelados pelo Relp todas as dívidas apuradas pelo Simples Nacional até o mês de fevereiro de 2022. A adesão pode ser feita pelo e-CAC, disponível na página da Receita Federal ou pelo Portal do Simples Nacional.

O pagamento poderá ser realizado em até 180 vezes, com redução de até 90% das multas e juros, dependendo do volume da perda de receita da empresa durante os meses de março a dezembro de 2020 (calculado em relação a 2019). Parcelamentos rescindidos ou em andamento também poderão ser incluídos.

A adesão deve ser realizada no portal REGULARIZE, no caminho “Negociar Dívida” > “Acesso ao Sistema de Negociações” > “Adesão” > “Parcelamento”. O passo a passo completo está disponível na página da PGFN.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 01/06/2022

RECEITA FEDERAL RECEBEU UM TOTAL DE MAIS DE 36 MILHÕES DE DECLARAÇÕES DO IMPOSTO DE RENDA 2022

Entrega superou as expectativas

A Receita Federal informa que até às 24 horas da terça-feira (31/05), fim do prazo de entrega, foram recebidas 36.322.912 declarações do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2022, ano-calendário 2021.

A expectativa, que era de que 34.100.000 de declarações fossem enviadas, foi superada.

A partir de agora quem estava obrigado a entregar a declaração e não o fez até o fim do prazo estará sujeito a multa. O valor da multa é de 1% ao mês, sobre o valor do imposto de renda devido, limitado a 20% do valor do imposto de renda. O valor mínimo da multa é de R\$ 165,74.

A multa é gerada no momento da entrega da declaração e a notificação de lançamento fica junto com o recibo de entrega e o contribuinte terá 30 (trinta) dias para pagar a multa. Após este prazo, começam a correr juros de mora (taxa Selic).

Clique [aqui](https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/coletivas-do-imposto-de-renda) (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/apresentacoes/coletivas-do-imposto-de-renda>) para acesso à apresentação da coletiva de encerramento do Programa do Imposto de Renda 2022, realizada ontem às 17h.

Se ainda restarem dúvidas, acesse o **perguntão** (<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/perguntas-e-respostas/dirpf>)

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Economia - DF

Data: 01/06/2022



CÂMARA DOS DEPUTADOS – DF

CÂMARA APROVA MP QUE ALTERA INCENTIVOS FISCAIS À INDÚSTRIA PETROQUÍMICA; TEXTO SEGUE PARA SANÇÃO

Deputados aprovaram emenda que institui novo direito a crédito presumido para empresas que efetuarem investimentos

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados



Alex Manente, relator da MP

A Câmara dos Deputados concluiu nesta terça-feira (31) a votação da Medida Provisória 1095/21, que altera incentivos tributários para a indústria química e petroquímica no âmbito do Regime Especial da Indústria Química (Reiq). Os deputados aprovaram uma de seis emendas do Senado para a MP, que será enviada à sanção presidencial.

De acordo com o texto aprovado, do deputado Alex Manente (Cidadania-SP), em vez do fim imediato do incentivo, como constava da MP original, haverá uma nova transição até 2027, com extinção a partir de 2028.

A emenda aprovada institui novo direito a crédito presumido para centrais petroquímicas e indústrias químicas que se comprometerem a ampliar sua capacidade instalada, a ampliar sua capacidade produtiva ou a instalar novas plantas para usar gás natural na produção de fertilizantes.

Esse crédito é equivalente a 0,5% de PIS/Pasep e PIS/Pasep-Importação e a 1% de Cofins e de Cofins-Importação incidentes sobre a base de cálculo desses tributos.

O uso do crédito será permitido de janeiro de 2024 a dezembro de 2027 e limitado ao valor efetivamente investido nos termos do compromisso.

Transição

Segundo a MP original, as alíquotas cheias de 1,65% para o PIS e de 7,6% para a Cofins começaram a valer desde 1º de abril deste ano. O acordo costurado pelo relator em Plenário preservou esse aumento até dezembro de 2022.

Entretanto, a transição proposta pelo relator ficou mais longa que a transição anterior revogada pela MP. Assim, em vez de o incentivo acabar em 31 de dezembro de 2024, acabará em 31 de dezembro de 2027.

Para 2023, continuarão as alíquotas previstas pela Lei 14.183/21, de 1,39% e 6,4% para o PIS e a Cofins, respectivamente. De 2024 a 2027, serão de 1,52% e 7%, respectivamente.

Queda de braço

Esta é a segunda tentativa do governo de retirar os incentivos ao setor de uma só vez. A primeira tentativa foi por meio da MP 1034/21, de março do ano passado, cujos efeitos começariam em julho daquele ano.



Entretanto, quando da votação pelo Congresso, o texto aprovado e depois sancionado na Lei 14.183/21 previa uma transição de quatro anos para o fim dos incentivos, devendo as alíquotas cheias serem aplicadas a partir de 2025. De julho a dezembro de 2021, as alíquotas previstas eram de 1,13% para o PIS e de 5,2% para a Cofins.

Segundo o governo, a expectativa de aumento de arrecadação é de R\$ 573 milhões em 2022. Na justificativa da MP 1094/21, que concedeu isenção de Imposto de Renda no pagamento de leasing de aeronaves por empresas aéreas, o governo argumentou que o fim do Reiq é necessário para compensar essa desoneração, estimada em R\$ 1,13 bilhão de 2022 a 2024.

Importação

O fim dos incentivos alcança ainda o PIS/Pasep-Importação e a Cofins-Importação, com as mesmas alíquotas para cada categoria de imposto.

Os produtos abrangidos no Reiq são etano, propano e butano, nafta petroquímica e condensado destinado a centrais petroquímicas e outros produtos usados por indústrias químicas.

Crédito presumido

Antes da MP, as empresas participantes do Reiq sujeitas ao regime de não cumulatividade desses tributos tinham direito ainda a incorporar em sua contabilidade créditos presumidos com alíquotas maiores (1,65% de PIS e 7,6% de Cofins) que as pagas na comercialização. Esses créditos são utilizados para compensar outros tributos ou para ressarcimento perante a Receita.

No entanto, com a redação aprovada pela Câmara dos Deputados, as empresas somente poderão contar com os créditos gerados por essas alíquotas se firmarem um termo de compromisso sobre normas ambientais, de segurança e medicina do trabalho e manutenção de emprego.

Enquanto não editado regulamento do Poder Executivo sobre esse compromisso, o crédito será calculado com as alíquotas menores previstas na transição de aumento gradativo do PIS/Cofins, gerando descontos menores no pagamento de outros tributos.

“Pegamos um modelo que era uma simples concessão de benefícios e transformamos em um que leva em conta o cuidado socioambiental que a sociedade merece”, afirmou Alex Manente.

Termo de compromisso

Tanto as centrais petroquímicas quanto as indústrias químicas que apuram créditos deverão firmar termo se comprometendo a cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, a manter a regularidade em relação a débitos tributários e previdenciários, e a manter empregados em quantidade igual ou superior ao existente em 1º de janeiro de 2022.

Na área ambiental, as empresas deverão cumprir as medidas de compensação ambiental determinadas administrativamente ou judicialmente ou constantes de termo de compromisso ou de ajuste de conduta firmado. Terão ainda de comprar e retirar de circulação certificados de crédito de carbono em quantidade compatível com os indicadores de referência aplicáveis ao impacto ambiental gerado pelas emissões de carbono decorrentes de suas atividades.

Quanto às licenças, deverão apresentar todas as que atestem a conformidade da atividade em relação à legislação ambiental, inclusive, quando for o caso, estudo de impacto hídrico, programa de monitoramento da qualidade da água e do ar, plano logístico de transporte e estudo geológico da região.

Se a central petroquímica ou a indústria química descumprir o termo, os créditos de PIS/Cofins deverão ser apurados usando as alíquotas menores, retroativamente à data de assinatura do termo.



Acompanhamento

Manente incluiu ainda artigo prevendo o acompanhamento, o controle e a avaliação do impacto dos benefícios fiscais pelo Ministério da Economia.

Para isso, deverá haver divulgação na internet do custo fiscal mensal detalhado por beneficiário e por produto, além de avaliação dos efeitos sobre a competitividade do setor beneficiado e sobre os investimentos, os preços e a geração de empregos.

Emendas rejeitadas

As demais emendas do Senado foram rejeitadas nesta terça-feira, inclusive três por meio de votação separadas pedidas por destaques da oposição. Confira:

- emenda destacada pelo PT diminuía o número de meses em 2022 nos quais as empresas participantes do Reiq pagarão a alíquota cheia de 1,65% de PIS/Pasep e de 7,6% de Cofins;

- emenda destacada pelo PSB pretendia garantir o usufruto de créditos presumidos calculados com base nas alíquotas cheias mesmo antes de regulamento sobre o tema;

- emenda destacada pelo PT pretendia manter na legislação o direito a crédito presumido pela compra de etanol utilizado na produção de polietileno.

Fonte: Câmara dos Deputados - DF

Data: 01/06/2022



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL - O FUTURO EM DISCUSSÃO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O desenvolvimento de qualquer setor da economia passa por alguns campos estratégicos. Um deles, certamente, é o da inovação tecnológica, propondo novas linhas de ação ou procedimentos para a obtenção de um mesmo resultado (ou de um até melhor), utilizando um menor tempo ou menores recursos. Outro é o das parcerias internacionais, que permitem a troca de ideias e conhecimento, além de, é claro, fomentar o comércio internacional.

Essa jornada de desenvolvimento também é marcada por uma nova postura das empresas e dos profissionais que a trilham, baseada em grande parte nos valores representados pela sigla ESG, de Environmental (meio ambiente), Social (ação social) e Governance (governança corporativa) e que engloba oportunidades iguais para todos os profissionais, independente de cor, raça ou religião.

Nesse sendo, o mais novo evento proposto pelo Brasil Export - Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária, o Think Tank Brasil Export, se mostra mais do que preparado para analisar esse novo cenário de desenvolvimento. A ser realizado nos próximos dias 7 e 8, no hub de inovação Cubo Itaú, em São Paulo, o evento é dividido em quatro módulos, cada um deles ligado a um dos campos estratégicos citados e, ainda, voltado a um dos conselhos temáticos do fórum: Internacional, Tecnologia, ESG e Feminino.

Todos os painéis vão contar com personalidades do respectivo segmento, que, em uma dinâmica ágil, vão abordar as novidades, tendências e curiosidades.

Com esta configuração, o Think Tank Brasil Export - literalmente um tanque de ideias e pensamentos - se apresenta como o ambiente ideal para debater os desafios do presente e o que

os setores portuários, de logística e transporte devem enfrentar no futuro, tópicos que acabam passando por essas quatro áreas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/06/2022

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

PLANEJAMENTO

Uma nova ferramenta desenvolvida pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra) vai facilitar o planejamento do setor de transportes. Trata-se de um visualizador georreferenciado, lançado pelo Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL), da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), do Minfra. Segundo a secretária de Fomento, Planejamento e Parcerias da pasta, Natália Marcassa, esse programa compara, em imagens, a rede de infraestrutura atual com os cenários previstos em estudos elaborados pela EPL, como o Plano Nacional de Logística (PNL) 2035. Em breve, também serão visualizados dados de planos setoriais e gerais. O visualizador está disponível no endereço [hps://ontl.epl.gov.br/planejamento/visualizador-geo/](https://ontl.epl.gov.br/planejamento/visualizador-geo/).

COMBUSTÍVEIS

A Câmara dos Deputados aprovou ontem o regime de urgência para o Projeto de Lei 3677/21, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG). O texto determina que os preços de venda praticados pela Petrobras para os combustíveis devem levar em conta os custos de produção e refino em moeda nacional, acrescidos de um índice de lucro - o markup, a ser definido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O markup é um índice multiplicador aplicado sobre o custo de um produto ou de um serviço para que se forme o preço de venda. O projeto poderá ser votado nas próximas sessões do Plenário.

NOVA CNH

A partir de hoje, os motoristas registrados no Brasil terão um novo modelo de carteira nacional de habilitação (CNH), com tradução em três idiomas (português, inglês e espanhol) e elaborado em um padrão próximo dos internacionais. O documento também terá o código MRZ (sigla de Machine Readable Zone ou Zona Legível por Máquina), o mesmo que é utilizado em passaportes. E essas alterações também serão implantadas na CNH-e, disponível no aplicativo da carteira digital de trânsito.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/06/2022

NACIONAL - THINK TANK BRASIL EXPORT VAI DEBATER INOVAÇÕES E TENDÊNCIAS DO MERCADO

Evento será realizado em São Paulo, na próxima semana, e terá a participação do novo secretário Nacional de Portos, Mario Povia

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



O Think Tank Brasil Export será realizado nos próximos dias 7 e 8 de junho, no hub de inovação Cubo Itaú, situado na Alameda Vicente Pizon, 54, na Vila Olímpia, em São Paulo

**PROGRAMAÇÃO DO THINK TANK BRASIL EXPORT
SERÁ TRANSMITIDA AO VIVO PELO PORTAL BE
NEWS**

O Think Tank Brasil Export será realizado nos próximos dias 7 e 8 de junho, no hub de inovação Cubo Itaú, situado na Alameda Vicente Pizon, 54, na Vila Olímpia, em São Paulo. O evento será promovido por conselhos temáticos do Brasil Export – Fórum Nacional de Logística e Infraestrutura Portuária. A cerimônia de abertura contará com palestra do



secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Mário Povia, e o encontro terá transmissão online pelo portal BE News.

Destinado presencialmente a conselheiros, autoridades e patrocinadores, o Think Tank é organizado pelos seguintes conselhos do Brasil Export: Internacional, Brasil Tech, Feminino e ESG. Durante dois dias, serão promovidos painéis com temas como comércio internacional entre Brasil e Portugal, complexos portuários da Espanha, inovações e tecnologias na logística, presença feminina no setor portuário e sustentabilidade.

"O evento será muito importante para disseminar boas práticas e novas tecnologias no sentido de produzir conhecimento. O Brasil Export conta com um corpo de conselheiros muito qualificados e patrocinadores de peso no cenário de portos e infraestrutura. Tenho certeza que será mais um sucesso neste ano", afirmou o CEO do Brasil Export, Fabrício Julião.

"Os conselhos técnicos do Brasil Export tratam de temas transversais, de interesse tanto do Conselho Nacional como dos Conselhos Regionais. Nessa linha, o Conselho Brasil Tech Export apresenta para o debate a contribuição dos hubs de inovação, das startups e das iniciativas de inovação abertas para temas que são importantíssimos para a logística nacional, como por exemplo, a implantação da multimodalidade. Imperdível!", declarou o presidente do Conselho do Brasil Tech Export e presidente da Abtra, Angelino Caputo.

Na terça-feira (7), no período da manhã, serão promovidos os painéis do Conselho Internacional. Às 9 horas, haverá abertura da programação, com apresentação dos temas dos painéis e a participação do presidente do Conselho Internacional do Brasil Export, Jorge Lima, que é sócio e vice-presidente de Negócios e Estratégias do Grupo H e ex-assessor especial do Ministério da Economia.

Às 9h15, terá início o Painel 1, cujo tema é "Compartilhando o Atlântico: fomento do comércio internacional entre Brasil e Portugal". Às 10h45, será realizado o Painel 2, com o tema "Características dos complexos portuários e da plataforma logística da Espanha".

À tarde, a partir das 14h30, o Bloco do Conselho Brasil Tech começará os trabalhos com abertura da programação técnica e apresentação dos painéis. Estará presente o presidente do Conselho do Brasil Tech Export, Angelino Caputo. Às 14h45, haverá o Painel 1, tratando de "Logtechs como promotoras da multimodalidade". Às 16h15, ocorrerá o Painel 2, "Inovação aberta, startups e hubs de inovação apoiando o desenvolvimento do setor logístico-portuário".

Às 18 horas, será realizada a abertura oficial do evento, que contará com uma apresentação do novo secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, do Ministério da Infraestrutura, Mário Povia.

Na quarta-feira (8), o Bloco do Conselho Feminino abrirá os trabalhos do Think Tank pela manhã. Às 9 horas, está programada a abertura da programação técnica e a apresentação dos temas dos painéis, com a participação da presidente do Conselho Feminino do Brasil Export e diretora-presidente da Companhia Docas do Ceará, Mayhara Chaves.

Às 9h15, haverá o Painel 1 "Mulheres de destaque no setor de portos e infraestrutura". Às 10h45, será realizado o painel 2 "Ações do mercado empresarial para uma atividade mais sustentável e inclusiva".

Já no período da tarde, as atividades serão conduzidas pelo Bloco do Conselho ESG do Brasil Export. Às 14h30, ocorrerá a abertura da programação técnica e apresentação dos temas dos painéis, com a participação do presidente do Conselho ESG do Brasil Export, João Eduardo Amaral. Às 14h45, será iniciado o Painel 1 "Novo olhar para infraestrutura, sustentabilidade e investimentos para o crescimento do Brasil". Às 16h15, ocorrerá o painel 2 "Transição energética: oportunidades para o setor de infraestrutura".

O encerramento do Think Tank Brasil Export está previsto para as 18 horas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/06/2022

NACIONAL - MINISTRO RELATOR PREVÊ QUE TCU APROVARÁ HOJE A RENOVAÇÃO DA MRS

Proposta havia sido retirada da pauta do início do mês para análise das considerações dos ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



De acordo com o site do PPI, o novo contrato de concessão da ferrovia prevê investimentos de R\$ 16,7 bilhões

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá aprovar a renovação antecipada do contrato de concessão da MRS nesta quarta-feira (1º). Essa foi a previsão informal passada na última semana pelo relator do processo, ministro Jorge Oliveira, ao diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (An), Rafael Vitale.

Segundo apuração feita pelo BE News, ANTT mantém uma interlocução semanal com o e tribunal para subsídios e informações técnicas necessárias ao aprimoramento do processo de concessão. Entre os esclarecimentos estão temas como níveis de capacidade obrigatórios e os impactos que trarão as ferrovias autorizadas para a renovação.

O objetivo dos dois órgãos é fazer com que haja o mínimo de recomendações por parte do TCU. Também que a matéria possa ser aprovada sem mais delongas. Segundo o relator deixou claro, a ideia é que o processo volte o mais rápido possível para o plenário do tribunal.

No último dia 11, o processo chegou a entrar em pauta. Contudo, o ministro Jorge Oliveira pediu adiamento devido a algumas considerações em seu relatório propostas pelos ministros Benjamin Zymler e Vital do Rêgo.

O impacto das ferrovias autorizadas nas renovações é um tema muito sensível para as empresas, visto que o assunto ainda tramita no Congresso. Ao promulgar novo Marco Legal do setor ferroviário (Lei 14.273/21), o presidente vetou o § 11 do art. 64 que trata da possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

O texto, conforme aprovado no Congresso no ano passado, permitiria que a concessionária requeresse recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ao provar desequilíbrio em razão da entrada de alguma ferrovia nova como concorrente, construída dentro de sua área de influência, por meio de autorização.

O regulamento tem a aceitação do Ministério da Infraestrutura, que entende que a entrada de autorizatárias pode trazer prejuízos aos contratos já firmados com as concessionárias. Contudo, o Ministério da Economia defende que o dispositivo traria novos gastos para o Governo e o Palácio acabou decidindo pelo veto.

Com isso, o caminho a ser seguido será de acordo com o que há hoje: a impossibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de ferrovia por desequilíbrio por entrada de ferrovias autorizadas.

TAMBÉM ESTÁ NA PAUTA DO TCU O ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE DESESTATIZAÇÃO REFERENTE À SÉTIMA RODADA DE



CONCESSÕES AEROPORTUÁRIAS E O PARECER SOBRE A RELICITAÇÃO DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE/RN (SBSG). TAMBÉM APRESENTA CONCLUSÕES DA AUDITORIA NAS OBRAS DE EXTENSÃO DA LINHA 9 - ESMERALDA - DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS, TRECHO GRAJAÚ/VARGINHA, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO/SP

A minuta relava à prorrogação antecipada do contrato de concessão da MRS foi protocolada pela ANTT no TCU em novembro do ano passado. A ferrovia abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e possui 1.686 km de linhas, 770 locomovas e 19 mil vagões.

A prorrogação vai antecipar investimentos que seriam feitos apenas a partir de 2027. De acordo com o site do Programa de Parceira de Investimentos (PPI), o novo contrato de concessão da ferrovia administrada pela MRS Logística prevê investimentos de R\$16,7 bilhões e 280 obras ferroviárias em 51 municípios, incluindo a segregação de 90 quilômetros de trilhos compartilhados com trens de passageiros da CPTM na região metropolitana de São Paulo.

O contrato prevê ainda investimentos de R\$ 4,3 bilhões a título de outorga livre, que o ministério decidiu usar em obras de interesse público e na eliminação de conflitos urbanos, como invasões da faixa de domínio e passagens de nível críticas (quando há cruzamento da ferrovia com ruas ou avenidas no meio de cidades).

A renovação da MRS é um dos avos que o Governo conta para fechar o ano de 2022 com R\$ 200 bilhões contratados em investimentos. O Ministério da Infraestrutura tem a expectativa de que a renovação seja assinada até o fim deste semestre.

Ferradura

A empresa também manterá a operação da Ferradura do Porto de Santos (SP). A ferradura é um trecho de cerca de 30 quilômetros na região de Santos onde as malhas ferroviárias da Rumo, da VLI e da MRS convergem antes de acessar o trecho ferroviário do porto.

Para que haja a manutenção, a MRS deverá realizar investimentos da ordem de R\$1 bilhão. O objetivo é garantir o aumento da capacidade prevista para o transporte de trens pelo porto. Há a previsão de um crescimento de 50 milhões para 100 milhões de toneladas/ano.

PRINCIPAIS OBRAS

- ✓ Segregação das linhas para cargas e para passageiros na Região Metropolitana de São Paulo, ampliando a capacidade de ambos os sistemas. Isto também garantirá faixa de domínio para a construção do Trem Intercidades, projeto capitaneado pelo Governo de SP em parceria com o Minfra;
- ✓ Construção de quatro polos intermodais integradores da Região Sudeste. Os polos serão na cidade de São Paulo (Mooca e Lapa), Igarapé (MG) e Queimados (RJ);
- ✓ Ampliação em mais de 100% a capacidade dos acessos ferroviários ao Porto de Santos (margem direita e esquerda), garantindo capacidade não só para os trens MRS, mas também para outras ferrovias que acessam o cais santista;
- ✓ Ampliação dos acessos ferroviários ao Porto do Rio;
- ✓ Investimentos em viadutos, passarelas, vedações (muros de segurança), passagens em nível, direcionadores de fluxo e soluções extraordinárias para melhorar a segurança e reduzir as interferências entre a cidade e a ferrovia nas comunidades;
- ✓ Aquisição de novas locomovas e vagões para atender ao aumento da demanda;
- ✓ Compra de equipamentos para a manutenção da via férrea;
- ✓ Ampliação de pátios ferroviários nos três estados onde a MRS atua.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/06/2022

NACIONAL - ANAC QUER AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA PARQUES DE ABASTECIMENTO DE AERONAVE

Entre as mudanças propostas, está a previsão de que a Anac analisará todos os novos contratos que envolvam a construção e operação de infraestrutura de dutos e hidrantes

Por **TALES SILVEIRA** tales@portalbenews.com.br



Há quase uma década a discussão sobre a distribuição de combustíveis de aviação (QAV) vem sendo tratada

Por unanimidade, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, nesta terça-feira, a proposta de minuta de norma para regular o acesso aos parques de abastecimento de aeronaves. A decisão determina ainda a abertura de audiência pública para tratar do tema. A ideia é promover a concorrência no mercado de combustível de aviação e

maior acesso à infraestrutura aeroportuária. A minuta aprovada estabelece condições de acesso aos parques de abastecimento de aeronaves e a definição de aeródromos sujeitos à nova regra. Também determina marcos temporais para o cumprimento das novas regras.

Ao todo, duas resoluções serão alteradas. A primeira (resolução 302/2014-Anac) estabelece critérios e procedimentos para a alocação e remuneração de áreas aeroportuárias. A segunda (resolução 116/2009-Anac) define a prestação de serviços auxiliares, dentre eles, o de infraestrutura aeronáutica.

Em seu voto, o relator do processo, diretor Rogério Benevides, acatou as principais mudanças propostas pela Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos (SRA) da agência. A principal alteração prevista na minuta da norma estabelece que a Anac fará uma análise de todos os novos contratos que envolvam a construção e operação de infraestrutura de dutos e hidrantes.

A justificativa dada para a determinação é de que a entrada da agência reguladora possibilitará a "desverticalização", ou seja, redução de entraves para o setor.

"As discussões sobre o acesso e compartilhamento de infraestrutura no mercado de distribuição de combustível são importantes para o desenvolvimento da aviação civil brasileira. A norma também disciplina de maneira mais descritiva a fiscalização e as providências administrativas em convergência com o texto vigente da própria resolução", afirmou o relator em seu voto.

A minuta também incorpora obrigações ao operador do parque de abastecimento de aeronaves em relação às condições de acesso à infraestrutura. A proposta de ato normativo prevê ainda uma regra geral de 'vacatio legis', período entre a data da publicação de uma lei e o início de sua vigência, para fins de assimilação e adaptação do mercado ao novo conteúdo.

Abertura de Mercado

Há quase uma década a discussão sobre a distribuição de combustíveis de aviação (QAV) vem sendo tratada por diversas áreas do Governo. O processo mais antigo é de 2013 e tramita no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O caso trata de uma representação, feita em 2014, pela Gran Petro, contra as empresas Airbp Brasil, BR Distribuidora, Raízen Combustíveis e a GRU Airport, concessionária do aeroporto Internacional de Guarulhos (SP), por supostas infrações no mercado de distribuição de QAV.

Em sua denúncia, a empresa afirma que as distribuidoras e a administradora que operam a infraestrutura de distribuição de QAV no aeroporto impuseram barreiras artificiais e estabeleceram cláusula de conteúdo anticoncorrencial.

O processo, em seu último andamento em 23 de março, teve um novo pedido de vista, desta vez do conselheiro Luís Henrique Braido. Contudo, o relator, conselheiro Luiz Hoffmann, chegou a proferir seu voto em favor do arquivamento do caso. Segundo ele, os padrões e certificações exigidos não são descabidos ou abusivos e seguem referências internacionais. Além disso, afirmou que as exigências impostas são formadas de acordo com as condições de cada distribuidora.

A proposta de arquivamento está de acordo com o parecer emitido pela Procuradoria Federal Especializada do Cade (ProCade). Em 2020, o órgão chegou a propor a condenação, fixando multas baseadas no faturamento das participantes no ano de 2013. Contudo, o relator do processo pediu um parecer extraordinário que concluiu pelo arquivamento do caso.

Na última semana, o processo teve um novo encaminhamento. Braido fez solicitações a diferentes órgãos do Governo para subsidiar o seu relatório, dentre eles, ao próprio Ministério da Infraestrutura. Apesar do andamento, não há previsão para votação do tema no Cade.

Além disso, desde o ano passado o Governo vem tentando criar maneiras para solucionar o problema de acesso às infraestruturas aeroportuárias e promover a concorrência no mercado de combustível de aviação. A ideia encontrada agora é estabelecer que a Anac e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deverão estabelecer, respectivamente, regulações sobre liberações de acesso e diminuição do preço do QAV.

Revisão de concessões

Na mesma sessão, a Anac aprovou a realização de audiência pública para tratar da proposta de segunda revisão dos parâmetros da concessão dos contratos da segunda rodada de concessão, que abarca a concessão dos aeroportos internacionais de Brasília (SBBR) e Guarulhos (SBGR). O aeroporto de Vira-copos, Campinas/SP não será contemplado, pois está em processo de relicitação.

A proposta de revisão trata dos indicadores de qualidade de serviço (IQS), metodologia de cálculo do fator "q" – índice que fará o balanceamento do percentual de reajuste tarifário de 2019 e dos próximos cinco anos, de acordo com a qualidade dos serviços prestados pelos aeroportos.

Também irá rever parâmetros dos níveis de serviços estabelecidos no apêndice "B" e "C" do Plano de Exploração Aeroportuária (PEA), os quais, ressalvados os controles contratuais, também devem ser revistos a cada cinco anos.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 01/06/2022

REGIÃO CENTRO-OESTE E SUDESTE - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA CRESCE 30% EM MATO GROSSO

Estado detém mais de 17% da produção agrícola nacional, em segundo lugar vem o Paraná seguido de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



AS CIDADES COM MELHOR DESEMPENHO NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA ACUMULAM R\$ 17 BILHÕES SOBRE O VALOR DE PRODUÇÃO BRASILEIRA. ESTE NÚMERO EQUIVALE A 30% DA PRODUÇÃO ESTADUAL, CERCA DE 15% DA REGISTRADA NO CENTRO-OESTE E APROXIMADAMENTE 5% DA PRODUÇÃO NACIONAL

O Mato Grosso detém mais de 17% da produção agrícola nacional

O transporte rodoviário de carga registrou um aumento de 30% no Mato Grosso, com 330 novas empresas criadas no período de um ano. Segundo a Junta Comercial de Mato Grosso (Jucemat),



atualmente há 1.429 empresas construídas no estado, enquanto 2021 contabilizou 1.099. Os resultados refletem o aumento de demanda por escoamento da produção agropecuária na região.

Segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sedec), o Mato Grosso detém mais de 17% da produção agrícola nacional, seguido pelo Paraná na 2ª posição, São Paulo na 3ª colocação, Minas Gerais em 4º lugar e o Rio Grande do Sul em 5º no ranking.

Mato Grosso é o maior produtor de soja, milho, algodão e bovino do País. Juntas, as quatro commodities respondem por 93,5% do valor bruto arrecadado no estado, totalizando R\$ 180.571,02 bilhões.

Segundo a Sedec, em quatro anos, o estado apresentou crescimento de 69% do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP). Os dados são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Pecuária e Abastecimento (Mapa).

De acordo com o Governo Federal, em 2018, Mato Grosso alcançou o 1º lugar de VBP, com R\$ 114,5 bilhões, no ano seguinte chegou a R\$ 124,1 bilhões, em 2020 atingiu a marca de R\$ 175 bilhões e fechou 2021 com R\$ 193 bilhões.

Conforme levantamento do Ministério da Agricultura, Mato Grosso tem 35 dos 100 municípios mais ricos do agronegócio no Brasil. A agropecuária tem participação importante no PIB do estado, esmada em 21,36%.

Seis municípios despontam em produção agropecuária. São eles Sorriso, Sapezal, Campo Novo do Parecis, Diamantino, Nova Ubiratã e Nova Mutum.

As cidades com melhor desempenho na área acumulam R\$ 17 bilhões sobre o valor de produção brasileira. Este número equivale a 30% da produção estadual, cerca de 15% da registrada no Centro-Oeste e aproximadamente 5% da produção nacional.

“O plano viário do estado foi muito importante para consolidar a expansão do setor. Hoje, temos uma malha rodoviária de qualidade, além do reforço dos transportes hidroviário e ferroviário. A modernização das técnicas aplicadas nas safras subsequentes foi outro fator decisivo para o crescimento. Tudo isso somado leva aos excelentes resultados que Mato Grosso vem colhendo”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso, César Miranda.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/06/2022

REGIÃO CENTRO-OESTE E SUDESTE - ANM DÁ AVAL A PLANO ECONÔMICO DE MINERADORA CHINESA EM MG

Instalações da SAM para exploração de minério de ferro no norte do estado tem investimento previsto de US\$ 2,1 bilhões

Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br

A mineradora chinesa Sul Americana de Metais (SAM) informou que a Agência Nacional de Mineração (ANM) aprovou o plano econômico de um projeto de minério de ferro em Minas Gerais. A subsidiária da Honbridge Holdings pretende instalar o empreendimento, que tem um investimento previsto de US\$ 2,1 bilhões, no norte do estado. O projeto entrará em fase de licenciamento, mas amplia as perspectivas no mercado externo para o Brasil. O minério de ferro chegou a ser o terceiro produto mais exportado pelo País em 2019, atrás apenas da soja e do petróleo, segundo a Fazcomex, empresa de Tecnologia para Comércio Exterior.

No entanto, segundo a Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, as exportações de minério de ferro no primeiro quadrimestre deste ano caíram 22,7% em comparação a igual período de 2021, devido ao lockdown na China e às fortes chuvas em janeiro,



no estado de Minas Gerais, que prejudicaram a produção. A China é o maior importador do minério de ferro brasileiro.

Porém, para o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), que analisa os números dos primeiros três meses do ano, mesmo com a queda, o resultado da mineração foi fundamental para sustentar o saldo comercial brasileiro. O saldo comercial mineral (US\$ 6,2 bilhões), que é a diferença entre exportações e importações de minérios, equivale a 52% do saldo Brasil (US\$ 11,8 bilhões), apontam os dados do primeiro trimestre de 2022. No mesmo período, o setor mineral arre cadou expressivos R\$ 19,4 bilhões em tributos e royalties.

**SEGUNDO O DIRETOR DE ENGENHARIA DA
SAM, EDER DE SILVIO, A LIBERAÇÃO DO
PLANO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE
MINERAÇÃO ATENDE A LEGISLAÇÃO QUE
REGULAMENTA O PROCESSO DE ABERTURA
DE UMA MINA NO BRASIL**

Segundo o IBRAM, os investimentos do setor mineral em cinco anos, de 2022 a 2026, são esmados em US\$40,4 bilhões, sendo 46% já em execução. Desse total expressivo, US\$ 4,2 bilhões serão investimentos socioambientais e US\$ 36,2 bilhões em produção e em infraestrutura.

O minério de ferro receberá os maiores aportes até 2026: US\$ 13,6 bilhões, à frente de minérios de fertilizantes US\$ 5,75 bilhões e de bauxita US\$ 5,56 bilhões.

Para os próximos meses, o IBRAM projeta ligeira recuperação dos resultados, em relação ao 1º trimestre de 2022. “Os resultados do 1º trimestre e os volumes expressivos de investimentos ajudam a compreender melhor a importância da indústria mineral para o desempenho econômico do Brasil. Mesmo quando há alguma queda nos resultados, as exportações de minérios geram divisas das quais o país não pode abrir mão”, disse o diretor-presidente do IBRAM, Raul Jungmann.

PIAE

Fato é que, com a aprovação do Plano Integrado de Aproveitamento Econômico (Piae) pela Agência Nacional de Mineração, órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia, a mineradora chinesa SAM avança com o projeto. O Piae é fundamental para o requerimento de lavra e a companhia poderá dar prosseguimento às próximas etapas para a realização do empreendimento como à obtenção da licença prévia, desenvolvimento da engenharia básica e a licença de Instalação.

O projeto é voltado para a extração do minério de baixo teor (média de 20% de ferro) e transformação em um produto de alta qualidade, com produção anual de 27,5 milhões de toneladas de concentrado.

Segundo a SAM, o projeto tem como compromisso fomentar na região uma plataforma de crescimento econômico e social.

A previsão é que sejam gerados 6.200 novos postos de trabalho direto durante o pico da fase de implantação do Projeto Bloco 8, e mais 1.100 empregos durante a sua operação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/06/2022

REGIÃO SUL - SÃO FRANCISCO DO SUL (SC) EMBARCA 25 MILHÕES DE LITROS DE ÓLEO DE SOJA PARA A CHINA

A carga foi dividida em dois navios e as operações foram concluídas em tempo recorde
Por **BÁRBARA FARIAS** barbara@portalbenews.com.br



As pás, com 47 metros de comprimento e 8,6 toneladas cada uma, chegaram ao complexo no navio BBC Raise, vindo de Avilés, na Espanha

Cerca de 25 milhões de litros de óleo de soja foram embarcados no Porto de São Francisco do Sul (SC) com destino à China, no final de semana. A carga foi dividida em dois navios: o Atlantic Crown carregou 15 milhões de litros do produto e o Pacific Jasper, 10 milhões de litros.

O óleo foi transferido desde o terminal privado da Bunge, localizado dentro do complexo portuário, até o Berço 101 por meio de um mangote de 25 centímetros de diâmetro.

O duto de 1,2 mil metros foi instalado junto ao chamado “corredor de exportação”, estrutura com esteira por onde se escoam a soja e o milho do Terminal Graneleiro até os navios.

Segundo o Governo do Estado de Santa Catarina, as duas operações foram concluídas em tempo recorde, com uma média de carregamento de 440 mil litros por hora. A operação foi coordenada pela empresa Litoral, operadora portuária responsável pela movimentação da carga. Assim, os operadores do Porto levaram 31 horas para carregar o Atlantic Crown e 25 horas o Pacific Jasper.

“O Porto de São Francisco do Sul é multimodal e demonstramos que estamos preparados para movimentar qualquer po de carga a granel, inclusive óleo vegetal, que há muito tempo não exportávamos”, disse o diretor-presidente da SCPar Porto de São Francisco do Sul, Cleverton Elias Vieira.

Vieira explicou que houve uma mobilização especial da equipe do complexo portuário, pois a carga envolvia riscos maiores por ser mais poluente em caso de vazamento. “Carregar 25 milhões de litros em pouco mais de dois dias, sem nenhum percalço, é uma prova de que a operação foi um sucesso, em grande parte graças à eficiência, ao preparo e à competitividade de todas as equipes envolvidas na operação”, afirmou Vieira.

Conflito na Ucrânia

O aumento na exportação de óleo de soja pelo Brasil em 2022 é impulsionado pelo conflito bélico no Leste da Europa, já que a Ucrânia é um importante fornecedor de óleo de girassol.

Com a impossibilidade de receber esse produto, pelas interrupções nos embarques, vários países estão substituindo o óleo de girassol pelo de soja.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/06/2022

REGIÃO SUL - RIO GRANDE RECEBE PÁS EÓLICAS PARA O PARQUE DO BOLAXA

Equipamentos irão substituir peças danificadas por um raio

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br



As pás, com 47 metros de comprimento e 8,6 toneladas cada uma, chegaram ao complexo no navio BBC Raise, vindo de Avilés, na Espanha

O Porto do Rio Grande (RS) recebeu, no último sábado (29), as novas pás eólicas que serão transportadas até o Parque Eólico do Bolaxa (RS) para substituir os equipamentos que foram danificados por um raio.

As pás, com 47 metros de comprimento e 8,6 toneladas cada uma, chegaram ao complexo no navio BBC Raise, vindo de Avilés, na Espanha.

Para evitar acidentes, a logística de transporte das peças obedeceu a seguinte ordem: as peças foram colocadas em uma carreta extensiva com o auxílio de duas empilhadeiras leves e de uma Reach Stacker, espécie de empilhadeira de serviços pesados capaz de erguer até 45 toneladas. O trajeto até o local de instalação tem duração de três horas, a uma velocidade máxima de 40 km/h.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/06/2022

REGIÃO SUL – PORTO DE PARANAGUÁ EXPORTA MAIS DE 600 MIL TONELADAS DE FRANGO CONGELADO

Quantidade representa aumento de 8% no primeiro quadrimestre, comparado a igual período de 2021

Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



De toda carne de frango exportada pelos portos brasileiros, 43,8% saíram por Paranaguá, confirmando o complexo como a principal saída do produto para o mundo

A MOVIMENTAÇÃO NOS PRIMEIROS QUATRO MESES DE 2022 GEROU RECEITA DE MAIS DE US\$ 1 BILHÃO, SEGUNDO DADOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, ACRÉSCIMO DE 34% EM RELAÇÃO A 2021, COM US\$ 792,29 MILHÕES

O Terminal de Contêineres do Porto de Paranaguá (PR) exportou no primeiro quadrimestre deste ano 608.105 mil toneladas de carnes de aves congeladas, 8% a mais que no mesmo período de 2021, quando exportou 552.069 mil toneladas.

A movimentação nos primeiros quatro meses de 2022 gerou receita de mais de US\$ 1 bilhão, segundo dados do Ministério da Economia, acréscimo de 34% comparado a 2021, com US\$ 792,29 milhões.

De toda carne de frango exportada pelos portos brasileiros, 43,8% saíram por Paranaguá, de acordo com os dados do sistema nacional. O balanço da movimentação portuária de janeiro a abril deste ano confirma que o Paraná segue sendo a principal saída do produto para o mundo, tendo a China como o principal destino.

Na sequência, entre os cinco maiores países compradores do produto exportado pelo porto paranaense estão Emirados Árabes Unidos, Japão, Arábia Saudita e México. A carne de frango representa 38% de todos os produtos que saem em contêineres pelo porto.

Segundo o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, a TCP, empresa que administra o terminal e opera os contêineres no Porto de Paranaguá, tem a maior estrutura para cargas refrigeradas da América Latina. “No pátio, são 3.624 tomadas de energia para a conexão de contêineres”, diz.

Posicionando-se como líder de mercado no segmento de carnes e congelados, o terminal ainda conta com dois ramais ferroviários com acesso direto à área alfandegada, em funcionamento 24 horas por dia, e sistema wi-fi – que possibilita o monitoramento das cargas em tempo real.

“Inclusive, a movimentação de carnes e outros congelados é responsável por 80% da movimentação da ferrovia no local”, acrescenta Garcia.

Outras carnes

De carne bovina, 65.054 mil toneladas foram exportadas em contêineres pelo Porto de Paranaguá no mesmo período. De carne suína foram 32 mil toneladas. O terminal paranaense é o 2º entre os portos brasileiros na exportação da carne de boi e o 3º no embarque da carne suína.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 01/06/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

TERMINAL AÇUCAREIRO COPERSUCAR COMPLETA 24 ANOS

Informação: Copersucar (1 de junho de 2022)



Foto: Copersucar

O dia 1º de junho de 1998 foi um marco na história da Copersucar e, também, um dos dias mais especiais na vida de Manoel de Jesus Nascimento: então com 35 anos, foi admitido como Encarregado de Descarga de Ensacados na inauguração das operações do Terminal Açucareiro Copersucar (TAC), em Santos (SP). Era o início de uma longa história de conquistas.

A relação de Manoel com o Porto de Santos vem de berço: é onde sua família trabalha desde 1947. “Nunca poderia imaginar que iria iniciar minha história na Copersucar no mesmo dia em que o TAC começava a dele. E estamos juntos até hoje”, celebra o supervisor de Operações, agora com 59 anos. Formado em Logística e técnico em Química Industrial, Manoel tem duas pós-graduações e sonha estudar Engenharia de Produção.

Manoel foi testemunha das muitas transformações do TAC. “Eu estava aqui quando a movimentação de ensacados mudou para granel, que logo se tornou referência nas operações desse tipo, e quando o terminal passou a realizar embarques de soja e milho, o que potencializou a utilização da nossa capacidade. Vi de perto a expansão do TAC, a consolidação da nossa Cultura de Segurança e todos os records”, relata. “Tenho muito orgulho de dizer que ajudei a desenvolver profissionais, que também apoiaram meu crescimento. Sou muito feliz aqui.”

De volta à casa

Prestes a completar 24 anos no terminal, Antônio Carlos de Abreu, ou simplesmente, Abreu, trabalhou na Copersucar de 1988 e 1990. Decidiu alçar novos voos, mas, após um hiato de oito anos, o bom filho retornou à casa no dia 20 de julho, poucas semanas depois da inauguração do TAC. “Larguei tudo para voltar para a empresa que tanto gostava assim que vi que o terminal estava sendo construído”, conta.

Então com 28 anos, o jovem Abreu começou no TAC como auxiliar de Operações e hoje, aos 55 anos, atua como operador de Equipamentos. Orgulhoso da atividade que exerce, guarda na memória cada experiência que o ajudou na sua jornada profissional. “Vi a mudança da operação por sacaria para granel, a chegada dos grandes navios como símbolos do progresso do TAC e muito crescimento nas operações e na capacidade de superar desafios e de melhorar cada vez mais”, conta.

Como o colega, Abreu destaca o aspecto humano como o grande valor na sua trajetória. “Fiz muitas amizades nesses 24 anos”. Para os colaboradores mais jovens, o veterano aconselha valorizar toda e qualquer atividade desenvolvida no TAC: “Há muitas oportunidades aqui. O trabalho investido sempre trará bons resultados”

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/06/2022

COFCO INICIA CONTRATAÇÕES PARA O PROJETO STS11

Informação: COFCO International (1 de junho de 2022)



Foto: COFCO

A COFCO iniciou o processo de contratações para a construção de um dos maiores terminais portuários da América Latina. Nesse primeiro momento, estão abertas cinco vagas para a

liderança operacional do projeto.

O STS 11 foi arrematado pela COFCO International Brasil SA em 2022 e a companhia terá direito à concessão por 25 anos do novo terminal agrícola de grãos sólidos vegetais, que será um dos maiores no Porto de Santos.

Uma vez totalmente operacional em 2026, o terminal STS11, ampliará a capacidade portuária da empresa no Brasil para 14 milhões de toneladas e apoiará os planos de aumentar as exportações do país. A previsão de início das operações no STS11 é 2025/2026.

Vagas abertas

Nesse primeiro momento, as contratações são para as vagas de Líder de Projeto; Coordenador de Planejamento; Coordenador de Projetos Cívicos; Coordenador de Projetos Elétricos e Coordenador de Projetos Mecânicos.

Para se inscrever, confira os links de cada vaga:

- Coordenador de Planejamento de Projetos: <https://www.linkedin.com/jobs/view/3089169082>
- Coordenador de Projetos Elétricos: <https://www.linkedin.com/jobs/view/3089190162>
- Líder de Projetos: <https://www.linkedin.com/jobs/view/3089184845>
- Coordenador de Projetos Mecânicos: <https://www.linkedin.com/jobs/view/3089185737>
- Coordenador de Projetos Cívicos: <https://www.linkedin.com/jobs/view/3089171204>

Sobre a COFCO International

Com 11.500 pessoas em 37 países, a COFCO International é a plataforma internacional de negócios agrícolas da COFCO Corporation, a maior empresa de alimentos e agricultura da China. A COFCO International está focada em ser líder nas cadeias globais de fornecimento de grãos, oleaginosas, açúcar, café e algodão, com ativos nas Américas, Europa e Ásia-Pacífico. A empresa comercializa com mais de 50 nações, ao mesmo tempo em que oferece aos agricultores acesso direto exclusivo ao crescente mercado chinês. Em 2021, a COFCO International negociou mais de 133 milhões de toneladas de commodities, alcançando receitas de US\$ 48 bilhões. A empresa está acelerando seu crescimento para criar uma cadeia de suprimentos agrícola global integrada de classe mundial, ancorada na China e competindo globalmente.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/06/2022

HACKATHON DO PORTO DE SANTOS PROMETE INTEGRAR A COMUNIDADE PORTUÁRIA

Informação: Santaportal (1 de junho de 2022)

Nos próximos dois meses os temas “inovação tecnológica” e “conectividade exponencial” prometem esquentar o cenário portuário, a Baixada Santista e, com isso, o comércio exterior brasileiro. É que está dada a largada para a jornada conhecida como Porto Hack Santos, que deverá acontecer nos dias 30 e 31 de julho, no Terminal Marítimo de Passageiros de Santos (Concais).

“Estamos falando de uma jornada que aproveita a experiência da comunidade de inovação em utilizar tecnologias de ponta para criar soluções aos desafios identificados pelo setor portuário nas atividades do porto”, explica Angelino Caputo, diretor-executivo da ABTRA (Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados), entidade realizadora do evento. “São soluções colaborativas, com grande chance de virar produtos de mercado e nas quais todos saem ganhando”.



Foto por: Divulgação / Santaportal

Serão 50 competidores selecionados e divididos em 10 equipes multidisciplinares, que vão encarar dois desafios. Um deles é tornar a comunidade portuária tecnologicamente conectada. O outro é criar a melhor jornada de sucesso do cliente ao Porto de Santos. E vale aqui um destaque: esse segundo desafio será enfrentado exclusivamente por times de mulheres.

A equipe campeã receberá o prêmio de R\$ 25 mil e apoio técnico e comercial para inserir a

solução vencedora da maratona no mercado.

Como aconteceu na primeira edição do evento, em 2019, o Porto Hack Santos 2022 também vai contar com a participação de autoridades do setor e de profissionais das áreas operacional, despacho aduaneiro, TI e Comunicação das associadas da ABTRA e de outras empresas interessadas na conectividade do porto, que atuarão como mentores técnicos das equipes competidoras ou deverão compor a comissão julgadora dos projetos apresentados.

Esta edição 2022 ganha ainda mais alcance do que a anterior, pois já conta com os apoios institucionais da Santos Port Authority (SPA), da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura (SNPTA/MInfra) e da Antaq, como também do Fórum Brasil Export e da Associação Mulheres no Comex, além dos reforços locais do Terminal Concais e da DP World Santos.

Além disso, o executivo Marco Riveiros, CEO do Instituto Amigu, que está organizando a maratona, adianta que em paralelo haverá uma feira de exposições de tecnologias exponenciais, como por exemplo inteligência artificial, 5G, robótica avançada, internet das coisas e blockchain. “Toda essa programação, incluindo palestras e debates, será gratuita e aberta à comunidade de Santos e região”.

As inscrições para competir no Porto Hack Santos estão abertas e deverão ser feitas até 11 de julho em <https://www.portohacksantos.com.br/>, que também traz o regulamento, o cronograma de atividades da maratona.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/06/2022

ONE ANUNCIA ENCOMENDAS DE CONSTRUÇÃO PARA DEZ NAVIOS PORTA-CONTÊINERES DE 13.700 TEU

Informação: Mundo Marítimo (1 de junho de 2022)

A Ocean Network Express (ONE) anunciou que assinou contratos para a construção de cinco navios porta-contêineres VLCS (muito grande porta- contêineres) com a sul-coreana Hyundai Heavy Industries (HHI) e outros cinco com o estaleiro japonês Nihon.

Os navios têm uma capacidade nominal de mais de 13.700 TEUs e serão entregues em 2025. A ONE salientou que este investimento concretiza a Estratégia de Médio Prazo da ONE anunciada em março, para salvaguardar uma cadeia de abastecimento sustentável para o futuro e sublinhar a estratégia verde e o transporte marítimo plano de descarbonização da linha.



Navios estarão prontos para usar amônia e metanol como combustível – Foto: Mundo Marítimo

De acordo com a ONE, os navios porta-contêineres são projetados com os mais altos padrões de eficiência, bem como com uma variedade de tecnologia de ponta para reduzir os impactos da navegação no meio ambiente e estão planejados para o “Ready” ou “AiP” notação (aprovação em princípio) para o uso de amônia e metanol como combustível e para captura e armazenamento de carbono. Além disso, as novas embarcações permitirão à ONE

expandir a longo prazo a exploração de combustíveis alternativos e tecnologias de descarbonização no futuro.

De ONE, eles indicaram que estão determinados a se tornar líderes em descarbonização marítima e que permanecem totalmente comprometidos em alcançar o transporte marítimo sustentável e a neutralidade de carbono até 2050.

Eles acrescentaram que continuarão a fazer os investimentos necessários em ativos e tecnologias mais verdes, enquanto colaboram abertamente com as partes interessadas do setor.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/06/2022

TURQUIA E RÚSSIA DISCUTIRÃO CORREDOR DE EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DA UCRÂNIA

Informação: FORBES (1 de junho de 2022)



Grãos de cevada sendo despejados em um navio – Foto: Vincent Mundy/Reuters

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, estará na Turquia com uma delegação militar em 8 de junho para discutir a criação de um potencial corredor marítimo para as exportações agrícolas ucranianas, disse o ministro das Relações Exteriores da Turquia, Mevlut Cavusoglu, hoje (31).

Em um telefonema com o presidente turco, Tayyip Erdogan, na segunda-feira, o presidente Vladimir Putin disse que a Rússia está pronta para facilitar a exportação de grãos de portos ucranianos em coordenação com a Turquia.

Falando à agência de notícias estatal Anadolu, Cavusoglu disse que o trabalho ainda está em andamento com as Nações Unidas para chegar a um acordo sobre a criação do corredor do Mar Negro, mas que as questões entre Moscou e Kiev permanecem.

Ele disse que a ONU propôs a formação de um mecanismo conjunto de observação para monitorar a rota marítima e que a Turquia estava aberta à ideia.

O ministro afirmou que a Rússia queria que algumas sanções ocidentais contra seu setor de seguros fossem suspensas, pois isso impactaria os navios que participarão da potencial rede de transporte, enquanto a Ucrânia não queria que navios de guerra russos se aproximassem de suas docas em Odesa.

Os futuros do trigo de Chicago caíram na terça-feira, depois que o presidente russo expressou prontidão para desbloquear cargas de grãos bloqueadas nos portos ucranianos. O milho também caiu.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 01/06/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

PETROBRAS RECEBE DOCUMENTOS E JÁ ANALISA NOME DE PAES DE ANDRADE PARA PRESIDÊNCIA

Governo deve reconduzir parte dos atuais conselheiros

Por Bruno Rosa — Rio de Janeiro



Caio Paes de Andrade, presidente da Petrobras — Foto: Divulgação

A Petrobras recebeu na última terça-feira os documentos enviados pelo ministério de Minas e Energia para cancelar a nomeação de Caio Paes de Andrade ao cargo de presidente da estatal, de acordo com fontes do setor.

Caio Paes de Andrade foi indicado pelo governo após o presidente Jair Bolsonaro demitir José Mauro Ferreira Coelho, que havia assumido a empresa em abril deste ano. Pesaram contra o executivo as altas nos preços dos combustíveis como a do diesel feita em meados de maio.

Segundo analistas, Caio Paes de Andrade não preencheria os requisitos para o comando da empresa de acordo com as disposições da Lei das Estatais.

Ontem, ocorreu uma reunião entre o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, Paes de Andrade e os membros representantes da União no Conselho de Administração da estatal.

Até o momento, a intenção do governo é manter boa parte dos integrantes do Conselho que representam a União, mas a ideia ainda não está 100% fechada, segundo uma fonte do setor.

Entre os nomes que o governo sinalizou que pretende manter estariam Márcio Weber, hoje presidente do Conselho, Ruy Flaks Schneider, que também é presidente do Conselho da Eletrobras, além de Sonia Julia Sulzbeck Villalobos, Luiz Henrique Caroli e Murilo Marroquim de Souza.

Uma outra fonte lembrou que o governo deve enviar ainda mais dois nomes ao Conselho, totalizando oito indicações a que tem direito. A lista final ainda não está 100% aprovada. A intenção é enviar ainda hoje à Petrobras.

Porém, a reunião com parte do Conselho pegou de surpresa o próprio Coelho, que não sabia do encontro, assim como outros nomes da alta administração.



Como Coelho foi eleito pelo sistema de voto múltiplo (conjunto) na última assembleia de acionistas, todos os outros conselheiros precisam ser eleitos novamente com a saída do executivo. No último encontro, dessas oito vagas, os minoritários conseguiram conquistar duas vagas.

Após os nomes serem indicados pelo governo, a Petrobras tem um prazo de oito dias para analisar os nomes, após a checagem de documentos ser concluída. Após essa etapa, os nomes são enviados ao Conselho de Administração, já com o parecer do Comitê de Pessoas, que marca uma assembleia de acionistas com um intervalo mínimo de 30 dias.

Petrobras lança para explicar preços

Nesta quarta-feira, a Petrobras lançou novo site para explicar a formação dos preços dos combustíveis. Segundo a empresa, o objetivo é apresentar "de forma didática e com visual mais amigável as parcelas envolvidas na formação dos preços da gasolina, diesel e gás de cozinha (GLP)".

O novo site, além de trazer informações sobre a formação dos preços ao consumidor final, possibilita filtrar os valores pela média nacional ou por estados, considerando os impostos estaduais e outras variáveis locais.

A companhia divulga há anos, em seu site institucional, os valores cobrados em suas refinarias e a composição média do preço final. "Nos últimos seis meses, essa foi a informação mais acessada no site da Petrobras, com quase 1,5 milhão de visualizações", destacou a empresa.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/06/2022

EM DOCUMENTO A SENADORES, GOVERNO AFIRMA QUE ALTA NA ARRECAÇÃO COMPENSA PERDA DE ESTADOS EM PROJETO QUE LIMITA ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS E ENERGIA

Bolsonaro quer reduzir o preço da gasolina e do diesel em ano eleitoral

Por Manoel Ventura — Brasília

O governo do presidente Jair Bolsonaro entrou em campo para defender a aprovação do projeto de lei que limita o ICMS (tributo estadual) sobre combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo. A ofensiva visa a aprovar rapidamente o projeto que tem o potencial de reduzir o preço dos combustíveis e da energia elétrica em ano eleitoral, mas que encontra resistência dos estados.

O Palácio do Planalto está distribuindo um documento em defesa da proposta, apresentada inicialmente pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Ele conseguiu aprovar o projeto na Casa, na semana passada, com apoio de praticamente todos os partidos.

Cálculos do governo apresentados aos senadores estimam que os estados perderão R\$ 73 bilhões neste ano com o projeto. Por outro lado, a previsão é de que as unidades da federação terão uma arrecadação adicional de R\$ 80 bilhões em 2022.

"Como a perda estimada como o PLP 18 (projeto que trata do ICMS), em 12 meses, gira em torno de R\$ 73 bilhões, menor do que os R\$ 80 bilhões de estimativa de aumento na arrecadação do ICMS, não se antevê perda fiscal para os estados que prejudiquem sua capacidade de prover políticas públicas", afirma o texto, ao qual o GLOBO teve acesso.

O governo sustenta que o crescimento do ICMS foi consistente e geral, ou seja, pode ser observado em todos os itens da pauta de arrecadação do imposto, não se limitando às receitas



com petróleo. Por conta da alta da commodity e dos combustíveis, a receita de ICMS dos estados com esse produto cresceu de 40% de 2020 para 2021.

Os estados têm em caixa R\$ 178 bilhões, de acordo com dados do Banco Central, um crescimento de 28% na comparação com dezembro de 2021.

“Pode-se, portanto, inferir que a aprovação do PLP 18, que tem um custo estimado de R\$ 73 bilhões em 2022, não causaria diminuição do caixa dos estados, que, sem o PLP 18 poderiam crescer R\$ 116 bilhões em 2022”, argumenta o governo.

O projeto foi aprovado na semana passada na Câmara e está em discussão no Senado. O texto classifica combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo como bens e serviços essenciais. Com isso, valeria entendimento do STF que limita a incidência do imposto a esses itens a uma faixa de 17% a 18%, bem abaixo das alíquotas atuais (algumas chegam a superar 30%).

O texto é defendido por Bolsonaro e pelo presidente da Câmara. O preço dos combustíveis é uma das principais dores de cabeça de Bolsonaro. Articuladores de Bolsonaro afirmam que o preço da gasolina e do diesel pode custar a reeleição do presidente.

Por isso, Bolsonaro e Lira centraram fogo nos estados e também na Petrobras (que teve o presidente trocado pela segunda vez em menos de dois meses).

O governo também tem argumentado que os estados e municípios receberam R\$ 180 bilhões de recursos federais em 2019 e 2021.

No documento encaminhado aos senadores, o governo também afirma que os estados têm utilizado dos combustíveis, da energia e das comunicações para aumentar sua arrecadação, uma vez que o nível de consumo não se altera, não importando a alíquota aplicada.

“Além dessa distorção histórica, podemos lembrar, ainda, da conjuntura excepcional que o mundo vivencia hoje, de guerra internacional e recuperação pós-pandemia. Essa situação, de fato, leva à necessidade de revisão de atitudes recorrentes e de sacrifício por parte de governos, de empresas, e demais agentes econômicos”, afirma.

Em busca de alternativas para suprir a perda de arrecadação, os estados passaram a defender aumento nos tributos de petroleiras. A proposta foi apresentada nesta quarta-feira aos senadores como uma alternativa ao teto.

Os estados também defendem a criação de um fundo, batizado de “conta de compensação por perda de arrecadação”, formado pela destinação de 40% das receitas do petróleo, como dividendos, royalties e participação especial.

A proposta dos estados prevê aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 9% para 20%, paga pelas petroleiras, com a possibilidade de a alíquota do tributo chegar a 30%, dependendo do cenário.

A receita adicional com a taxação seria uma forma de compensar a União pela criação da conta de compensação, uma vez que o Tesouro Nacional teria redução nas receitas com petróleo. A arrecadação de CSLL pela União não é dividida com estados e municípios. Já os recursos do novo fundo seriam transferidos para governadores e prefeitos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/06/2022

ENEVA ASSINA ACORDO PARA COMPRA DA TERMELÉTRICA DA CELSE, UMA DAS MAIORES DA AMÉRICA LATINA, POR R\$ 6,1 BI

Com compra de usina, localizada em Sergipe, empresa terá 6 GW de capacidade instalada em suas operações. Companhia vai assumir as dívidas da unidade

Por Ivan Martínez-Vargas — São Paulo



Usina termelétrica Porto Sergipe I, operada pela Celse — Foto: Reprodução

A operadora de energia Eneva fechou um acordo nesta terça-feira para comprar a usina termelétrica Centrais Elétricas de Sergipe (Celsepar) junto às duas controladoras da empresa: New Fortress Energy e Ebrasil. A proposta significa a aquisição, pela Eneva, da usina termelétrica de Porto de Sergipe 1 por R\$ 6,1 bilhões (cerca de US\$ 1,27 bilhão no câmbio

atual).

A usina em questão foi inaugurada oficialmente em 2020 e é uma das maiores termelétricas da América Latina em funcionamento. Localizada em Barra dos Coqueiros, no litoral do Sergipe, tem potência instalada de 1,55 GW. A unidade tem capacidade equivalente a 15% da demanda de energia da região e toda a sua produção está contratada no mercado regulado de energia até dezembro de 2044.

A usina utiliza gás natural trazido para Sergipe na forma de gás natural liquefeito (GNL) e regaseificado na unidade.

Em nota, o presidente da Eneva diz que a aquisição da Celse "é um movimento estratégico para a empresa alavancar competências e diversificar ainda mais o modelo de negócio" e está em linha com o plano da companhia até 2030.

"É um passo fundamental para a Eneva ter sua primeira infraestrutura de hub de gás – além da exploração e de unidades geradoras, contar com gasoduto e porto que permitam a comercialização e o escoamento do produto", disse Ziner em nota.

Com a aquisição, que ainda precisa do aval de órgãos reguladores como o Cade (órgão antitruste brasileiro), a Eneva terá em suas operações cerca de 6 GW de capacidade instalada.

Como parte do acordo, a Eneva comprará todas as ações da Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A., holding que detém os direitos de expansão da usina termelétrica em questão, e da Centrais Elétricas Barra dos Coqueiros S.A. (Cebarra), que tem um 3.2 GW de projetos de expansão.

De acordo com os termos da transação, a Eneva ainda assumirá a dívida atual da Celse, de R\$ 4,1 bilhões. Ao todo, no somatório do montante a ser desembolsado pela companhia e da dívida, o valor da transação chega a R\$ 10,2 bilhões. A negociação da transação foi revelada pelo portal Brazil Journal no último domingo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 01/06/2022

CONGONHAS: TCU PODE APROVAR PRIVATIZAÇÃO NESTA QUARTA, E GOVERNO CORRE PARA FAZER LEILÃO EM AGOSTO

Tribunal vai analisar lote que conta com uma série de outros aeroportos, inclusive Jacarepaguá (RJ)

Por Geralda Docca — Brasília



Criança embarcando no Aeroporto de Congonhas Marcos Alves/Agência O Globo

Pressionado pelo governo, o Tribunal de Contas da União (TCU) pode aprovar nesta quarta-feira a concessão do aeroporto de Congonhas, considerado a joia da coroa dos terminais brasileiros. O plano do Ministério da Infraestrutura é lançar o edital já na próxima semana, caso obtenha o aval da Corte e realizar o leilão até 15 de agosto para evitar que o certame seja contaminado pelo ambiente das

eleições de outubro.

Para isso, o governo quer encurtar em um mês o prazo da realização do leilão, que tem sido de 90 dias, a partir da publicação do leilão no Diário Oficial da União.

Segundo interlocutores, o parecer do ministro relator, Walton Alencar, que será apresentado no plenário é favorável à concessão de Congonhas, apesar das incertezas no campo político. Mas há um entendimento do próprio governo de que em caso a análise atrase no TCU, seria arriscado realizar o certame em setembro.

Ainda não se sabe se o ministro Vital do Rêgo, que votou contra a privatização da Eletrobras no TCU, vai pedir vista do processo da concessão aeroportuária. A expectativa, contudo, é positiva porque o modelo de concessão do setor passou por aperfeiçoamentos, desde 2012, tendo incorporado várias recomendações do Tribunal.

Além de Congonhas, que será leiloado em conjunto com dez terminais de Minas, do Pará e Mato Grosso do Sul, o bloco terá outros dois blocos: do Norte, com os aeroportos de Belém e Macapá e da aviação geral, formado por Jacarepaguá (RJ) e Campo de Marte (SP).

O lance mínimo pelo bloco de Congonhas está fixado em R\$ 255 milhões e os investimentos em R\$ 5,8 bilhões, sendo R\$ 3,4 bilhões só no aeroporto paulista. O governo espera, contudo, disputa e elevação deste lance.



Aeroporto de Jacarepaguá faz parte da lista de dez terminais a serem leiloados em conjunto com o de Congonhas — Foto: Fabiano Rocha / Agência O Globo

Apesar das incertezas relativas às eleições presidenciais, técnicos do governo afirmam que há uma dezena de interessados, inclusive operadores que ainda não atuam no país, como o grupo francês ADP e operadores de aeroportos ingleses.

Aeroporto de Natal

O governo, no entanto, pode ser derrotado no TCU em relação à relicitação do aeroporto São Gonçalo do Amarante (RN). O relator do processo, ministro Aroldo Cedraz, deverá seguir a área técnica do TCU que manda suspender a licitação até que seja concluído o cálculo final da indenização pelos investimentos realizados pela concessionária, o grupo argentino Inframérica.

O plano do Ministério da Infraestrutura era realizar o leilão antes do fechamento desse cálculo, previsto para o fim deste ano. Há ainda um agravante, o lance mínimo do aeroporto só cobre metade dos investimentos realizados da ordem de R\$ 500 milhões. Neste caso, a União terá que complementar o valor se não houver ágio.

A relicitação do aeroporto também foi incluída na pauta de julgamento. O entendimento do TCU pode comprometer os planos do governo de relicitar o Galeão em 2023.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 01/06/2022

CÂMARA APROVA MP QUE CRIA SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS

Texto estabelece novas regras para o registro de títulos em cartórios e segue para sanção presidencial

Por *Fernanda Trisotto — Brasília*



Cartórios registram o maior número de mães solas no Brasil desde 2018 — Foto: Divulgação

A Câmara dos Deputados aprovou a medida provisória (MP) que estabelece novas regras para o registro de títulos em cartórios. Chamado de Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp), o texto já havia sido aprovado na Casa no início do mês, sem alterações em relação à proposta original, mas passou pelo crivo dos deputados após alterações no Senado. O projeto seguirá para sanção presidencial.

O Senado promoveu uma série de mudanças, e aprovou a medida nesta terça-feira. Como o texto perderia a validade à meia-noite desta quarta-feira (1º), o tema voltou à Câmara. O relator, deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), recomendou a aprovação de todas as emendas por considerar que promoveram melhorias ao texto.

Esse sistema vai conectar as bases de dados de cartórios e será implantado e gerenciado pelos oficiais de registros públicos. A regulamentação será feita pela corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Serp deve ser implantado até 31 de janeiro de 2023, ou seja, essa é a data limite para que os serviços passem a ser oferecidos pela internet.

Fonte: *O Globo - RJ*

Data: 01/06/2022

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

HIDROVIAS DO BRASIL INICIA ELETRIFICAÇÃO DA FROTA COM O OBJETIVO DE REDUZIR POLUENTES NA AMAZÔNIA

Só com duas máquinas, que começarão a operar até o fim de 2022, a empresa deixará de emitir 2.168 toneladas de gás carbônico (CO₂) na atmosfera por ano

Por Renée Pereira, O Estado de S.Paulo

Na esteira da descarbonização do planeta, a Hidrovias do Brasil, empresa de logística que tem como sócia a gestora de recursos Pátria, iniciou um processo para eletrificação de parte de sua frota. Até o fim do ano, dois empurradores de manobra estarão em operação na Amazônia, onde a companhia opera o transporte hidroviário, sobretudo de grãos.

Só com essas duas máquinas, a empresa deixará de emitir 2.168 toneladas de gás carbônico (CO₂) na atmosfera por ano – isso equivale às emissões de 472 automóveis em funcionamento. Segundo o presidente da empresa, Fabio Schettino, o projeto é totalmente nacional e inédito no mundo. Na semana passada, ocorreu a montagem dos racks de baterias que vão abastecer o empurrador.

No total, são 152 baterias com autonomia para cinco ou seis horas. Por isso, essas máquinas serão destinadas ao apoio portuário nos terminais do Pará. Mas a expectativa é que, com a evolução tecnológica, esse tempo de autonomia aumente e seja possível fazer viagens mais longas. “Estamos deixando espaço disponível nas embarcações para que futuramente possamos ampliar a capacidade



Empurrador elétrico da Hidrovias do Brasil em construção em estaleiro na Bahia Foto: Rafael Martins/Hidrovias do Brasil

A diretora de inovação, engenharia e tecnologia da informação, Mariana Yoshioka, afirma que a intenção é continuar estudando o assunto para expandir o projeto. Ela explica que hoje o tamanho das baterias ainda é um limitante para a longa distância – entre Miritituba e Vila do Conde, no Pará, onde a empresa tem terminais, são cerca de 1.000 km pela hidrovia, o que exigiria pontos de parada para abastecimento.

“Mas essa limitação é uma questão de tempo. A tecnologia está avançando muito rapidamente.”

Schettino destaca que, além de ser eficiente e uma fonte limpa, o projeto é economicamente viável, pois o custo de operação é menor. “Num momento em que o diesel estava na metade do preço do que é hoje já era viável. Agora a situação é ainda mais vantajosa.”

A embarcação está sendo construída no estaleiro da Belov, na Bahia. As baterias são da Weg. As embarcações serão batizadas de Poraquê e Enguia, nomes de peixes encontrados na região Amazônica.

Avanço

O processo de transição energética tem elevado o interesse do mundo por máquinas elétricas. Segundo dados da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), em 2019, o mundo somava 10,7 GW de capacidade de armazenamento instalada. Mas a expectativa é que esse mercado tenha um crescimento exponencial nos próximos anos, alcançando 1 mil GW em 2040. Isso inclui o armazenamento de energia eólica e solar, os veículos elétricos e outras aplicações.

Segundo os estudos das consultorias Greener e Newcharge, desde 2010, o preço das baterias de lítio caiu 89%, de US\$ 1.183 para US\$ 135 o quilowatt-hora (kWh). A expectativa é que em 2024 o preço esteja em US\$ 94 e, em 2030, em US\$ 62 – o que deve atrair novos usos no mundo todo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 01/06/2022

VALOR ECONÔMICO (SP)

TCU APROVA RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DA MRS ATÉ 2056

Com o aval, a concessão será estendida até 2056, o que vai viabilizar investimentos de R\$ 9,7 bilhões

Por Murillo Camarotto, Valor — Brasília



Trem da MRS Logística — Foto: MRS/Divulgação

O plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou hoje a prorrogação antecipada do contrato de concessão da MRS Logística. Com o aval, a concessão será estendida até 2056, o que vai viabilizar investimentos de R\$ 9,7 bilhões.

Os recursos serão investidos em 280 obras ferroviárias, espalhadas em 51 municípios dos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Entre os projetos está a segregação de 90 km de trilhos compartilhados com trens de passageiros da CPTM, na Grande São Paulo.

A prorrogação antecipada foi autorizada por unanimidade pelos ministros, que já haviam tomado decisão semelhante para as concessões da Malha Paulista, da Rumo, e das estradas de ferro Carajás e Vitória-Minas, da Vale.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 01/06/2022

PRODUTORES DE PETRÓLEO RUSSOS ESTÃO UM PASSO À FRENTE DAS SANÇÕES

Depois da invasão da Ucrânia e as sanções dos EUA e da União Europeia, os fornecedores buscam meios de esconder as origens do petróleo russo para mantê-lo fluído.

Por Dow Jones — Londres

A Europa acabou de aplicar suas sanções mais duras até agora ao petróleo russo, mas os exportadores e refinarias arrumaram um jeito de negociar o produto escondendo suas origens. Alguns combustíveis que se acredita serem parcialmente feitos com petróleo russo desembarcaram em Nova York e Nova Jersey em maio.

As cargas foram trazidas pelo Canal de Suez e pelo Atlântico de refinarias indianas, que têm sido grandes compradoras de petróleo russo, de acordo com registros de embarque, dados da Refinitiv e análises do Centro de Pesquisa de Energia e Ar Limpo (Crea, na sigla em inglês), com sede em Helsinque.

Depois da invasão da Ucrânia e as sanções dos Estados Unidos e da União Europeia, os fornecedores buscam meios de esconder as origens do petróleo russo para mantê-lo fluído. O petróleo está sendo negociado em produtos refinados, como gasolina, diesel e produtos químicos.

O petróleo também está sendo transferido entre navios no mar, uma conhecida artimanha para comprar e vender petróleo embargado iraniano e venezuelano. As transferências estão acontecendo no Mediterrâneo, ao largo da costa da África Ocidental e do Mar Negro, com petróleo

indo depois em direção à China, Índia e Europa Ocidental, segundo as companhias de navegação.

Os líderes da União Europeia concordaram na terça-feira em impor uma proibição gradual da maior parte do petróleo russo, numa medida que no fim tiraria do Kremlin seu maior comprador de energia. Eles também devem proibir as seguradoras europeias de cobrir navios que transportam petróleo russo. Mas soluções alternativas para evitar sanções já estão em andamento e ameaçam diminuir a eficácia dessas restrições.



Navio-tanque russo de tamanho Aframax — Foto: Divulgação/Rosneft

O embargo americano imposto em março proíbe a importação de petróleo bruto, derivados de petróleo, gás natural liquefeito e carvão da Rússia, mas os combustíveis geralmente são feitos de misturas de diferentes produtos, como diesel.

O Departamento de Controle de Ativos Estrangeiros dos EUA (Ofac, na sigla em inglês) normalmente define a origem usando 25% ou mais como regra geral, de acordo com advogados comerciais. Exclui mercadorias que foram substancialmente transformadas em outro produto de fabricação estrangeira. Se o refino de petróleo bruto em produtos como gasolina ou diesel conta para essa exclusão não foi esclarecido pela Ofac, de acordo com advogados de três empresas diferentes.

Exportações em alta

No geral, as exportações de petróleo da Rússia recuperaram-se em abril, depois de cair em março, quando as primeiras sanções ocidentais entraram em vigor, disse a Agência Internacional de Energia. As exportações de petróleo da Rússia aumentaram 620 mil barris para 8,1 milhões de barris por dia, próximo aos níveis de antes da guerra, com o maior aumento para a Índia.

A Índia emergiu como um centro importante para os fluxos de petróleo russos. As importações do país dispararam para 800 mil barris por dia desde o início da guerra, em comparação com 30 mil barris por dia antes, segundo a empresa de dados de mercados de commodities Kpler.

Isso provavelmente se deve ao grande desconto — um tipo popular de petróleo russo conhecido como Urals custa cerca de US\$ 35 abaixo do Brent. Anteriormente, era negociado no mesmo patamar da principal referência mundial.

Uma refinaria de propriedade da gigante de energia indiana Reliance Industries comprou sete vezes mais petróleo russo em maio, em comparação com os níveis anteriores à guerra, representando um quinto de seu consumo total, segundo a Kpler.

A Reliance fretou um petroleiro para transportar uma carga de alquilato, um componente da gasolina, partindo do porto de Sikka em 21 de abril sem um destino planejado. Três dias depois, atualizou seus registros com um porto dos EUA e partiu, descarregando em 22 de maio em Nova York.

“O que provavelmente aconteceu foi que a Reliance pegou uma carga com desconto de petróleo russo, refinou-o e depois vendeu o produto no mercado “spot”, onde encontrou um comprador dos EUA”, disse Lauri Myllyvirta, analista-chefe do Crea. A organização acompanha as exportações russas de combustíveis fósseis e seu papel no financiamento da guerra na Ucrânia. “Parece que há um comércio em que o petróleo russo é refinado na Índia e parte dele é vendido para os EUA.”

A Reliance não respondeu a um pedido de entrevista. Srikanth Venkatachari, codiretor financeiro, disse que a empresa minimizou o custo da matéria-prima ao adquirir “barris de arbitragem”, em uma entrevista em 6 de maio.

As exportações indianas de derivados de petróleo refinado, reforçadas por suprimentos russos baratos, cresceram acentuadamente desde o início da guerra. As remessas diárias para a Europa aumentaram um terço e 43% para os EUA em uma base trimestral.

“Se as refinarias indianas na costa oeste estão importando muito petróleo russo, sim, provavelmente haverá algum petróleo russo que entrou na fabricação desses produtos”, disse Koen Wessels, analista de produtos petrolíferos da empresa de consultoria Energy Aspects.

GPS desligado

Isso ocorre em um momento em que os preços da gasolina e do diesel batem recordes nos EUA devido aos altos preços do petróleo, pesando sobre os consumidores na forma de uma inflação que atingiu recentemente uma alta de quatro décadas. A oferta extra do exterior tende a passar mais facilmente pelos trâmites de importação, disseram analistas.

Na semana passada, o navio Zhen 1 que transportava petróleo russo encontrou o Lauren II, um petroleiro gigante que pode transportar cerca de 2 milhões de barris, na costa da África Ocidental. Provavelmente o Zhen 1 descarregou sua carga, mostraram os dados do navio. Lauren II está indo para Gibraltar e depois deve ir para a China, disseram analistas.

Não é ilegal para refinarias europeias ou asiáticas comprar petróleo iraniano, venezuelano e russo, mas esses negócios são prejudicados por extensas restrições relacionadas — como sanções de bancos e companhias de navegação — e o risco político de negociar com esses países. Assim como para o petróleo iraniano, a melhor opção para a Rússia e seus clientes é ocultar cada vez mais seus embarques.

Também houve um salto no número de navios que transportam petróleo russo que agora desligam seus equipamentos de GPS, o que é conhecido no jargão do setor como “going dark”, de acordo com a empresa israelense de dados de navios Windward. Isso torna essa atividade ainda mais difícil de rastrear.

Os compradores chineses estão tentando esconder o petróleo russo para evitar os altos custos de transporte, disseram operadores. Menos companhias de navegação e seguros estão dispostas a se envolver, o que significa que aqueles que ainda fazem esse negócio cobram preços três a cinco vezes mais altos do que antes da invasão.

Em vez de pagar isso até a China, empresas como a Unipecc, braço comercial do gigante petrolífero chinês Sinopec Group, estão transportando petróleo russo a curtas distâncias para um grande petroleiro no mar, disseram traders. A Unipecc não respondeu ao pedido de entrevista.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 01/06/2022

69% DOS OPERADORES LOGÍSTICOS NÃO CONSEGUIRAM REPASSAR ALTA DE CUSTOS EM 2021, DIZ ILOS/ABOL

As empresas de menor porte (com receita bruta de até R\$ 100 milhões) são as que tiveram mais dificuldade: 68% aumentaram preços menos do que inflação e 18% mantiveram preços estáveis
Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

Apenas três em cada dez dos operadores logísticos brasileiros conseguiram repassar o aumento de custos sofrido em 2021, segundo estudo do Ilos (Instituto de Logística e Supply Chain) feito a pedido da Associação Brasileira de Operadores Logísticos (Abol).

Segundo o levantamento, 69% das empresas não conseguiram elevar seus preços na mesma medida da alta de custos: 54% aumentaram o preço, mas não na mesma proporção; 12% mantiveram os preços estáveis; e 3% reduziram os preços.



Apenas três em cada dez dos operadores logísticos brasileiros conseguiram repassar o aumento de custos sofrido em 2021 de soja, no Terminal da VLI em Santos — Foto: Claudio Belli/Valor

As empresas de menor porte (com receita bruta de até R\$ 100 milhões) são as que tiveram mais dificuldade: 68% aumentaram preços menos do que inflação e 18% mantiveram preços estáveis. Em apenas 14%, o repasse foi equivalente à alta de custos.

O estudo, feito com base em entrevistas com as companhias, aponta que os ganhos na margem de lucro foram menores do que a alta de receita. Para 58% dos que responderam a pesquisa houve aumento da margem em 2021, enquanto 82% apontam elevação de faturamento.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 01/06/2022

MALÁSIA AMPLIA LISTA DE PAÍSES COM RESTRIÇÕES A EMBARQUES DE ALIMENTOS

Malaios suspenderão embarques de carne de frango a partir desta quarta; com inflação global em alta, barreiras ao comércio têm crescido

Por Valor — São Paulo



Ismail Sabri Yaakob, primeiro-ministro da Malásia — Foto: FL Wong/AP

A Malásia suspenderá suas exportações de carne de frango a partir de amanhã, disse o primeiro-ministro Ismail Sabri Yaakob, segundo a agência Bloomberg. Com a medida, o país do sudeste asiático é mais um da crescente lista dos que decidiram restringir suas vendas de alimentos ao exterior para tentar conter a inflação em seus mercados internos. Os preços têm subido em todo o mundo em decorrência da guerra na Ucrânia, que limitou a oferta de itens alimentícios e de insumos essenciais à produção agrícola, como

fertilizantes.

Para estabilizar os preços da carne de frango, a Malásia eliminará ainda a exigência de licença para importação de trigo, cereal que, além de compor a alimentação humana, também é usado na produção de rações. Entre os meses de março de 2021 e 2022, os preços de alimentos subiram 4% na Malásia e alcançaram seu maior patamar desde dezembro de 2017. As cotações do frango aumentaram mais de 10% nesse intervalo.

Em média, a Malásia exporta 3,6 milhões de frangos por mês. Em outra das medidas de combate à inflação, o país aumentará a lista de frigoríficos estrangeiros habilitados a exportar a seu mercado.

A Comissão de Concorrência da Malásia está investigando relatos de que existem cartéis entre grandes empresas que controlam o preço e a produção de frango, disse o primeiro-ministro. Yaakob prometeu “medidas severas” contra essas companhias.

A suspensão dos embarques anunciada pelo governo malaio pode afetar Cingapura, que importa da Malásia um terço da carne de frango que compra do exterior, segundo a Agência de Alimentos de Cingapura.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 01/06/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ESTALEIROS CHINESES VEEM DESACELERAÇÃO DAS ENCOMENDAS EM MEIO AO IMPACTO DA COVID EM 2022

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 01 Junho 2022



A indústria de construção naval da China está mostrando sinais significativos de desaceleração. Em parte pelas últimas ondas da pandemia da Covid-19, que atrasou o cronograma de produção de uma ampla gama de navios. Enquanto os estaleiros e especificamente a indústria centrada em Xangai estão enfatizando seu retorno às operações nas últimas semanas, os primeiros quatro meses de 2022 mostraram uma desaceleração acentuada na atividade.

Dados da Associação Chinesa da Indústria Nacional de Construção Naval (CANSI) ilustram o alcance do impacto da pandemia em 2022. Nos primeiros quatro meses do ano, a produção total da indústria foi de 11,71 milhões de dwt, uma queda de quase 9% em relação há um ano.

As exportações ou encomendas de navios para armadores internacionais continuam a constituir a grande maioria dos negócios nos estaleiros chineses. Os dados destacam que quase 90% do volume dos estaleiros nos primeiros quatro meses de 2022 foi para exportação. Além disso, refletindo os custos crescentes e os altos preços dos navios, os relatos são de que o valor dos navios para exportação superou US\$ 5,8 bilhões. Embora tenha caído mais de 10%, foi um declínio menor do que o volume de tonelage.

As encomendas globais de novas construções de armadores também estão diminuindo em relação ao pico do ano passado. A CANSI informou que a indústria de construção naval chinesa recebeu pedidos de 15,39 milhões de dwt, quase menos 45% ano a ano, a maior parte de armadores internacionais. Apesar da queda, até agora em 2022 a China adicionou 13,66 milhões de dwt em encomendas de navios para exportação.

A construção naval chinesa continua sendo o maior segmento da indústria global, recebendo 54% dos novos pedidos em 2022. A carteira de pedidos da China responde por pouco menos da metade do volume total do mercado para novos navios.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/06/2022

ANTAQ DÁ SINAL VERDE PARA TRANSFERÊNCIA DO TVV PARA SUBSIDIÁRIA DA MSC

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 01 Junho 2022

Operação analisada pela agência reguladora integra transação para a aquisição do controle da Log-In pela gigante do transporte marítimo. Conclusão ainda depende de decisão final do Cade.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou, nesta quarta-feira (1º), o acórdão em que a diretoria colegiada aprovou a transferência indireta do controle do Terminal de Vila Velha (TVV), subsidiária da Log-In. A operação faz parte da oferta pública voluntária para a aquisição do controle da Log-In realizada pela SAS Shipping Agencies Services Sàr, subsidiária do grupo MSC. Em comunicado aos mercados, o diretor financeiro e de relações com investidores da Log-In, Pascoal Cunha Gomes, informou seus acionistas que o acórdão ressaltou que a decisão final ficará condicionada à aprovação definitiva da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



Arquivo/Divulgação

A diretoria da Antaq recomendou às empresas envolvidas que, ao atingirem o fechamento da operação pleiteada junto aos órgãos de defesa econômica, encaminhem o registro dos respectivos atos e documentação necessária à agência reguladora. A decisão do colegiado da Antaq foi tomada na reunião ordinária 522, realizada no último dia 26 de maio. Também na semana passada, a Superintendência Geral do Cade divulgou parecer recomendando a aprovação, sem

restrições, da operação para aquisição do controle da Log-In pela SAS Shipping Agencies Services Sàr.

Em comunicado ao mercado na última quarta-feira (25/05), a Log-In informou que a aprovação final do Cade deverá ocorrer após o prazo legal de 15 dias, contados processualmente a partir da publicação do despacho do órgão antitruste no Diário Oficial da União, sem que tenha havido manifestação de terceiros ou do tribunal administrativo do Cade.

No primeiro trimestre deste ano, o TVV movimentou 286.800 toneladas de carga geral, aumento de 150% sobre o mesmo período de 2021, além de 40.000 contêineres. A Log-In atribuiu o resultado da arrendatária do porto organizado de Vitória (ES) principalmente à estratégia de diversificação de cargas gerais e prospecção de novos clientes. O aumento de volume movimentado no TVV também foi obtido a partir da ampliação da produtividade do terminal com o início da operação dos dois novos guindastes portuários móveis (MHCs).

“Ao longo de 2021, o TVV passou a trabalhar cada vez mais como um terminal multipropósito, com objetivo de ampliar as cargas gerais, agregando mais atividades acessórias ao terminal. Neste sentido, os resultados obtidos nesse primeiro trimestre demonstram que a estratégia adotada, e ainda em curso, está sendo eficaz”, disse o diretor-presidente da Log-In, Márcio Arany.

De janeiro a março, a receita operacional líquida do TVV totalizou R\$ 77,1 milhões, apresentando aumento de 29% em relação ao mesmo período de 2021. A empresa destacou que o resultado foi atingido com participação relevante de produtos como fertilizantes, malte, placas de aço e bobinas. O aumento na movimentação de veículos pela operação do TEV (terminal de veículos administrado pela Log-In no TVV) também contribuiu com o crescimento da receita em armazenagem, assim como as ações do TVV como prestador de serviços logísticos acessórios.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2022

ENEVA ASSINA ACORDO PARA AQUISIÇÃO DA CELSE

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 01 Junho 2022



A Eneva, empresa integrada de energia, que atua da exploração e produção (E&P) de gás natural até o fornecimento de soluções customizadas, anunciou, nesta terça-feira (31), a oferta de aquisição da Centrais Elétricas de Sergipe Participações, apresentada à New Fortress Energy e à Ebrasil Energia Ltda. Pelo acordo negociado, a Eneva irá adquirir 100% das participações acionárias da Usina de Porto de Sergipe por R\$ 6,1 bilhões (cerca de US\$ 1,27 bilhão).

Localizada no litoral de Sergipe, em Barra dos Coqueiros, a termelétrica da Celse tem capacidade de 1,6 GW e é uma das maiores plantas a gás em funcionamento da América Latina. A usina desempenha papel fundamental na segurança energética do Nordeste do país, uma vez que sua capacidade equivale a 15% da demanda de energia da região. A unidade está totalmente contratada no ambiente regulado até dezembro de 2044.

“A aquisição da Celse é um movimento estratégico para a Eneva alavancar competências e diversificar ainda mais nosso modelo de negócio em consonância com nossas ambições estratégicas para 2030. Dessa forma, nos consolidamos cada vez mais como um dos maiores fornecedores privados de energia para o país e como ator fundamental na transição energética brasileira”, afirmou Pedro Zinner, CEO da Eneva.

A combinação dos ativos da Eneva, após essa aquisição, vai resultar em aproximadamente 6 GW de capacidade instalada. Além disso, representa um passo fundamental para a companhia ter sua primeira infraestrutura de hub de gás – além da exploração e de unidades geradoras, contar com gasoduto e porto que permitam a comercialização e o escoamento do produto –, o que contribui para a ampliação dos horizontes de negócio da companhia. A aquisição também garante à Eneva acesso a gás importado e infraestrutura com capacidade ociosa que permita uma gestão flexível e confiável da oferta, contribuindo ainda mais para a expansão de seu segmento de comercialização do produto.

Como parte da transação, a Eneva concordou em adquirir, direta e indiretamente, 100% das ações da Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A., que detém 100% dos direitos de expansão da usina sergipana, com um pipeline adicional de 3.2 gw de projetos de expansão. Pelos termos da transação, a Eneva assumirá a dívida atual da Centrais Elétricas de Sergipe, de R\$ 4,1 bilhões. Com o montante desembolsado somado à dívida, o valor da empresa adquirida chega a R\$ 10,2 bilhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/06/2022

TEREX CRANES ANUNCIA NOVA ESTRATÉGIA COMERCIAL PARA O BRASIL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 01 Junho 2022



Com o objetivo de ampliar a sua rede de atendimento e suporte no Brasil, a partir desta quarta-feira (1), a Terex Cranes passará a distribuição de seus produtos para a empresa Mason Equipment. Dessa forma, contará com mais de 35 filiais da empresa espalhadas pelo país para continuar fornecendo soluções em guindastes e gruas torre.

“A Terex Cranes tem em seu portfólio guindastes dos modelos para Terrenos Acidentados (Rough Terrain - RT), os modelos industriais (Pick and Carry) da

marca Franna e também as guas torres. Além disso, conta com um robusto programa de pós-vendas, como o My Terex Cranes, que continuará oferecendo todo o suporte de peças, serviços, treinamentos e garantia para os clientes no Brasil”, destaca Ricardo Beilke Neto, gerente de Desenvolvimento de Negócios da Terex Cranes.

Ricardo ressalta ainda que a política da Terex Cranes para a América Latina é de atuar 100% com distribuidores, que se responsabilizam por manter o estoque tanto de máquinas quanto de peças para atender a todo Brasil. “A ideia é fortalecermos os distribuidores por meio do nosso suporte local e utilizando toda a expertise vinda de nossas fábricas na Europa e Estados Unidos”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2022

PLANO DE INVESTIMENTOS PARA A RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DA MRS É APROVADO PELO TCU

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 01 Junho 2022



Obras da renovação representam investimentos de quase R\$ 10 bilhões. Empresa deve dobrar o transporte de carga geral e multiplicar por sete o volume de contêineres transportados

O Plano de Investimentos da MRS para a renovação antecipada do contrato de concessão da companhia foi aprovado pelos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU), em sessão plenária realizada nesta quarta-feira, (1). A aprovação foi unânime: todos os membros da corte acompanharam o voto do ministro relator do

processo, Jorge Oliveira, que validou o Plano de Investimentos.

O Tribunal de Contas da União é uma das últimas instâncias de análise do documento, que já havia sido aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e chancelado pelo Ministério da Infraestrutura (MInfra). Agora, a ANTT realiza uma revisão final do processo e, na sequência, a MRS estará apta a assinar o novo contrato de concessão.

A renovação da concessão da MRS Logística representará, ao todo, R\$ 9,6 bilhões em investimentos estruturantes ao longo dos próximos anos. Esse valor é composto pela outorga da nova concessão, que será convertida em investimentos (R\$ 4,2 bilhões) somado a mais R\$ 5,4 bilhões a serem investidos na ampliação de capacidade para atendimento ao crescimento de demanda previsto e aos novos parâmetros de desempenho.

“Estamos muito felizes com mais esta aprovação do nosso plano. É um momento histórico para a MRS e para a logística nacional. As equipes da empresa se dedicaram e vem se preparando, há muito tempo, para este momento. Construímos um robusto Plano de Investimentos, que vai contribuir de forma decisiva para a ampliação da participação da ferrovia na matriz logística brasileira. A MRS já é uma das ferrovias com maior produtividade e eficiência do mundo. Com os investimentos previstos na nossa renovação vamos elevar ainda mais o nível da nossa excelência, entregando logística de 1º mundo para os nossos clientes e, por consequência, reduzindo o custo Brasil e garantindo toda a capacidade ferroviária necessária aos portos que acessamos”, afirma o presidente da MRS Logística, Guilherme Segalla de Mello.

A renovação da MRS significará diversificação ainda maior das cargas transportadas pelo modal ferroviário. Com a criação de quatro novos polos intermodais que interligarão a Região Sudeste, via ferrovia (Mooca, Lapa, Queimados e Igarapé), a empresa pretende duplicar o volume de carga geral (produtos industrializados, construção civil, siderúrgicos, agrícolas, entre outros) e multiplicar por sete vezes o volume transportado em contêineres. Se somarmos os investimentos obrigatórios

com a renovação e os demais correntes da companhia para os próximos anos, até 2056, estima-se que a MRS realizará R\$ 31 bilhões em investimentos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2022

ARTIGO - PROBLEMAS COM PORTO DE XANGAI NÃO TERMINARÃO TÃO CEDO

Por Rafael Rocha OPINIÃO 01 Junho 2022



Porto de Xangai

Mesmo com o fim do lockdown, a movimentação de cargas no maior terminal portuário do mundo deve levar vários meses para voltar ao ritmo normal

Xangai é a maior cidade da China, com 25 milhões de habitantes, e seu porto responde por 17% do tráfego de contêineres e por 27% das exportações do país, o que lhe confere um papel estratégico no comércio mundial.

Porém, esse gigante foi parcialmente imobilizado pela nova onda de covid-19, que provocou o confinamento total ou parcial de dezenas de localidades chinesas. Mesmo com a boa notícia sobre o fim do lockdown, anunciado esta semana, os efeitos desta paralisação podem ser sentidos durante meses e até chegarem a 2023. As restrições impostas pelas autoridades chinesas, entre outros entraves, impediram que os caminhões tivessem acesso ao porto, o que gerou um acúmulo de contêineres e redução de pelo menos 30% na produtividade.

Além disso, não havia trabalhadores portuários para controlar as entradas e saídas de navios e inspecionar o embarque e desembarque de mercadorias, o que gerou um congestionamento de embarcações à espera de sua vez de atracar no porto. A situação, além de pressionar as tarifas, afetou particularmente o transporte de cargas perecíveis e refrigeradas que necessitam de cuidados especiais para que se mantenham íntegras. Algumas companhias da cadeia de frio se viram obrigadas a desviar mercadorias para outros portos, com custos e dificuldades adicionais.

A pressão sobre as companhias marítimas tem sido enorme, na medida em que não têm conseguido manter os horários de atracações e partidas, congestionando ainda mais os portos. Também há uma expectativa em relação ao resultado do que chamamos de “blank sailing” – quando um porto não pode receber determinada embarcação dentro de sua rota prevista – e de quanto isso levará a um aumento ainda mais acentuado dos custos, principalmente nas taxas spot.

Grandes empresas como a Volkswagen e a Tesla foram obrigadas a interromper suas atividades em Xangai, por causa da quarentena. Uma das consequências de todos esses entraves foi a desaceleração das exportações, que caíram ao patamar registrado no primeiro semestre de 2020, quando se iniciou a pandemia de covid-19.

Somada a esse “problema chinês”, a continuação muito além do previsto do conflito no Leste Europeu, iniciado em 24 de fevereiro com a invasão da Rússia à Ucrânia, eleva o nível de preocupação de todas as empresas de comércio internacional. Ainda sem uma solução à vista, a guerra europeia se transformou em mais um fator de desequilíbrio nas relações entre os países, sem considerar as dúvidas em relação ao posicionamento da China nesse confronto.

Para acirrar ainda mais esse ambiente bélico, Finlândia e Suécia manifestaram o desejo de ingressar na Otan, o que leva Vladimir Putin, perigosamente, a apostar ainda mais alto nas ameaças à aliança ocidental. Esse clima bélico, surpreendente em pleno século 21, reforçou a necessidade de uma profunda reflexão a respeito dessa “nova ordem” mundial, no que se refere

às questões que envolvem transporte e logística da cadeia de frio, essenciais para todas as pessoas do planeta, estejam onde estiverem.

Como será a retomada

Mesmo com a volta às operações no porto de Xangai, o impacto persiste. Os portos ocidentais já se preparam para o crescimento da demanda e preveem grandes congestionamentos. Especialistas afirmam que ocorrerá aumento de carga e, conseqüentemente, escassez da capacidade e pressão de alta nas tarifas. Os importadores, por sua vez, estão aumentando os estoques de segurança para evitar o que vimos no ano passado, com armazéns congestionados em todos os lugares.

Cada vez mais, vejo empresas tomando decisões de “reshoring”, ou seja, de voltar a produzir localmente devido a todas essas incertezas políticas geradas pela pandemia, pela guerra de Putin e pela falta de confiança na China. Na América Latina, a quase totalidade das nações mantém ligações históricas com a Europa Ocidental e os Estados Unidos, fortalecidas, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial. Com raras exceções, os países latino-americanos seguem essa linha de apoio.

Ao que tudo indica, o cenário mundial para o setor de logística continuará a atravessar um período conturbado, seja por questões geopolíticas, seja por questões ligadas à saúde pública. E o impacto no ritmo de entregas de produtos e preços será inevitável.

Rafael Rocha Rafael Rocha é vice-presidente da Emergent Cold Latin America

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2022

BR DO MAR PODE REDUZIR TEMPO DE ESPERA POR ESTÁGIOS EMBARCADOS, AVALIA DPC

Por Danilo Oliveira NAVEGAÇÃO 31 Mai 2022

Diretoria de Portos e Costas contabiliza em torno de 300 praticantes que concluíram cursos da escola de formação e estão aguardando até 6 meses para embarcarem e cumprirem etapa seguinte ao término dos estudos.

A Marinha avalia que o avanço da regulamentação da Lei 14.301/2022 e o êxito do BR do Mar darão condições de redução do tempo de espera dos formandos dos cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM) para iniciarem os estágios embarcados. De acordo com a Diretoria de Portos e Costas (DPC), atualmente existem 306 praticantes que concluíram seus cursos da escola de formação na Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) e estão aguardando, de 3 a 6 meses, para embarcarem e cumprirem a etapa seguinte ao término dos estudos. Após a conclusão do estágio, eles são promovidos a segundo oficial de náutica ou de máquinas.

“A expectativa sobre a regulamentação [BR do Mar] é permitir redução de tempo de espera dos formandos dos cursos do Ensino Profissional Marítimo para iniciarem os estágios embarcados”, disse o diretor de portos e costas, vice-almirante Sergio Renato Berna Salgueirinho, na última semana, durante o painel sobre a regulamentação do BR do Mar do XII Workshop de Direito Marítimo promovido pelo Tribunal Marítimo, no Rio de Janeiro.

Na ocasião, o diretor de portos e costas disse que a autoridade marítima espera que a regulamentação do programa crie condições para fortalecimento da marinha mercante, por meio da renovação e ampliação da frota de navios de bandeira brasileira, da melhoria da capacitação dos aquaviários e do fortalecimento de estaleiros e empresas prestadoras de serviços de manutenção de embarcações.

O VALte Salgueirinho destacou a possibilidade de criação de postos de trabalho para marítimos brasileiros em todos os níveis, além da capacitação da mão de obra nacional a partir de embarcações mais modernas. Segundo o diretor de portos e costas, a autoridade marítima enxerga perspectivas de aumento da necessidade de incrementar a fiscalização de embarcações para garantir a segurança da navegação, bem como o acompanhamento da demanda por aquaviários.

Para a autoridade marítima, o conceito do programa que visa o estímulo da atividade de cabotagem terá um efeito cascata para o incremento desse modal. "A partir do momento em que se amplia a oferta de navios e se melhora a qualidade do serviço, teremos ampliação da disponibilidade da frota, incentivando a concorrência e a competição, estimulando o desenvolvimento da indústria naval de cabotagem, especialmente por meio de estaleiros e empresas especializadas", afirmou Salgueirinho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2022

ONE ENCOMENDA 10 PORTA-CONTÊINERES DE 13,7 MIL TEUS

Da Redação NAVEGAÇÃO 31 Mai 2022



A Ocean Network Express (ONE), com sede em Cingapura, tornou-se a mais recente das principais operadoras de contêineres a anunciar um programa maior de novas construções. A encomenda representa um aumento de 9% na capacidade atual da frota da empresa.

A ONE assinou contratos de construção naval com a Hyundai Heavy Industries e o estaleiro Nihon. Os dois pedidos independentes prevêem um total de 10 navios porta-contêineres a serem entregues em 2025. Cada estaleiro construirá

cinco navios e cada um dos navios terá uma capacidade de 13,7 mil TEUs.

A transportadora optou por encomendar navios de médio porte após seus pedidos anteriores de navios porta-contêineres ultragrandes. Outros operadores têm encomendas de navios a partir de 15 mil ou 18 mil TEUs. E as maiores transportadoras estão empurrando os limites para 24 mil TEUs. A ONE encomendou anteriormente seis navios de 24 mil TEUs que devem se juntar à frota em 2023 e 2024.

A ONE, embora anuncie estar determinada a se tornar líder em descarbonização marítima, encomendou embarcações abastecidas de maneira convencional. Mas todos os novos navios estão planejados para a "notação pronta" em sua classificação para o possível uso de amônia ou metanol como combustível primário.

Entre 2020 e 2024, a empresa pretende adicionar 38 navios com capacidade total de 520 mil TEUs à sua frota.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2022

TERMINAIS AVALIAM CUSTOS DE NOVAS ESPECIFICAÇÕES PARA EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ADUANEIROS

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 31 Mai 2022

Associações setoriais pediram prorrogação de prazo para adaptação à norma da Receita Federal que trata de armazenamento de dados gerados em escaneamento de cargas e em demais

procedimentos de controle e segurança em portos e recintos alfandegados. RFB analisará pedido apresentado.

Associações de terminais portuários avaliam os impactos das novas especificações técnicas presentes nas normas gerais e procedimentos de alfandegamento. A portaria 76 da Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), publicada em maio, detalhou as condições da portaria 143/2022 da Receita, editada em fevereiro, relativas às áreas segregadas de escritórios e alojamentos, aos instrumentos e aparelhos de escaneamento, à dispensa de submissão a mais de uma inspeção não invasiva de contêineres movimentados em trânsito aduaneiro e ao compartilhamento de equipamentos e sistemas.



Arquivo/Divulgação

Numa primeira análise, as empresas consideraram que os equipamentos de inspeção não invasiva em operação nos terminais de contêineres brasileiros não atendem totalmente os novos requisitos incluídos na portaria 76 da Coana. Os terminais estão verificando com os fabricantes de equipamentos e fornecedores dos sistemas o prazo necessário para adaptação e os custos associados. O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Terminais de Contêineres (Abratec),

Caio Morel, disse que, a partir destas informações, a associação decidirá como se posicionar junto à Receita.

“Todos os equipamentos adquiridos antes de 2018, que representam a maior parte dos equipamentos instalados, não atendem a esta nova portaria”, contou Morel. “Estamos em conversas com os fabricantes para verificar se é possível fazer adaptações tecnológicas necessárias nos equipamentos existentes. Certamente, serão necessários novos investimentos para atendê-la. Entretanto, não temos ainda informações sobre o valor que será necessário”, acrescentou o diretor.

Procurada pela Portos e Navios, a Receita Federal informou que a atualização refere-se aos requisitos técnicos de segurança e integração dos sistemas que contempla a transmissão das imagens e vídeos relacionados às operações de comércio exterior, em tempo real, por meio de rede de dados TCP-IP, com protocolo que possibilite a visualização das imagens. O anexo III da portaria atualiza, consolida e revoga o ato declaratório executivo (ADE) 19/2014 da Coana, que estabelecia os requisitos técnicos dos equipamentos de inspeção não invasiva de unidades de carga, bagagens e remessas internacionais.

De acordo com a Receita, a nova norma não inova em relação à maioria dos requisitos técnicos já em vigor desde 2014 e atualiza os requisitos de segurança e integração de sistemas. “Decerto, equipamentos que não permitam a integração aos sistemas e não cumpram com os requisitos de segurança estabelecidos na norma, deverão ser adequados, via atualização de softwares ou substituídos, se for o caso”, ponderou a autoridade aduaneira em nota.

O diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, disse que existe praticamente certeza de que haverá custo extra para o setor, levando em conta a determinação de que dados captados por sensores (controle biométrico, balança, scanners, câmeras, radares, entre outros) vão precisar ser armazenados para acesso imediato durante 180 dias, quando requisitado pela autoridade aduaneira. Atualmente essa exigência é de 90 dias.

Uma empresa associada à ATP estimou impacto financeiro da ordem de R\$ 600 mil de investimentos necessários para esses ajustes que não estavam previstos no orçamento para 2022. A empresa relatou impactos técnicos, operacionais e financeiros, além do curto prazo para cumprimento dos requisitos. Um dos custos previstos é com pessoal de TI (tecnologia da

informação). “Estamos na fase de levantamento. Vai ter aumento de custos, não tenho dúvidas. A mudança de 90 dias para 180 dias, vai exigir capacidade de memória”, avaliou Barbosa.

A avaliação é que o backup maior exigirá uma grande capacidade de armazenamento de dados. Uma operação realizada há 100 dias, por exemplo, precisará ter dados disponíveis para pronta visualização. Barbosa acrescentou que os terminais pediram a prorrogação do prazo para o cumprimento dessa exigência. A autoridade aduaneira confirmou que encontra-se em avaliação uma proposta de prorrogação do prazo para a adequação dos locais ou recintos alfandegados.

A Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra) considera que a aquisição de equipamentos para a implementação tecnológica prescrita na portaria 143 não se apresenta em cenário favorável no momento. O diretor-executivo da Abtra, Angelino Caputo, disse que a posição leva em conta os reflexos da pandemia com a imposição de novas rotinas e restrições, como o trabalho de funcionários em home-office, a falta de profissionais especializados para implantar as tecnologias, a redução do volume de cargas movimentadas nos portos, a contração das receitas para os investimentos necessários, as dificuldades para a importação de equipamentos e o aumento dos preços dos produtos tecnológicos importados.

A portaria da Coana entra em vigor nesta quarta-feira, 1º de junho. Ainda como reflexos de todas as prescrições das portarias RFB 143 e Coana 72, o início do envio dos dados para o módulo ‘Recintos’ está marcado para o próximo dia 20 de junho. Caputo contou que as entidades empresariais do setor portuário solicitaram a dilatação desse prazo por 120 dias. Quanto aos demais itens prescritos na portaria RFB 143, foi definido prazo de 6 meses, a contar da data de entrada em vigor desta portaria (2 de março de 2022).

As recentes portarias (RFB 143, Coana 72, 75 e 76 e Coana/Cotec 74) se referem aos recintos alfandegados e embasam as evoluções que vêm ocorrendo, em cumprimento ao Acordo de Facilitação do Comércio (AFC). “O Portal Único de Comércio Exterior é o carro chefe dos avanços, sendo o módulo ‘Recintos’ um de seus elementos, visando maior segurança, desburocratização, facilitação e aceleração dos tempos dos processos aduaneiros”, afirmou Caputo.

A portaria 76 também aprovou os modelos de ato declaratório executivo (ADE) para o alfandegamento e o desalfandegamento, de termo de fiel depositário e de designação de preposto e disciplina o tratamento prioritário a ser dispensado às cargas do Operador Econômico Autorizado (OEA). A Receita Federal destacou ainda, entre as especificações do anexo III da portaria e em legislações correlatas, regras da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e de outros órgãos que disciplinam os contratos de manutenção e operação dos equipamentos.

Atualmente, as informações recolhidas são armazenadas nos sistemas próprios dos recintos. A nova exigência, segundo a RFB, é que algumas dessas informações sejam enviadas para uma base nacional por meio da API (Application Programming Interface) Recintos. Além dos contêineres, os scanners e sistemas de controle e segurança associados inspecionam cargas em pallets, bagagens, remessas postais, entre outros itens, dependendo do tipo de recinto.

Na avaliação da RFB, os normativos de inspeção não invasiva nos últimos 10 anos trouxeram avanços em termos tecnológicos e na avaliação dos riscos ao comércio exterior brasileiro. “A avaliação dos riscos e a integração de sistemas de fiscalização aliadas à melhoria tecnológica contribuem para a celeridade que o comércio internacional exige, mantendo-se a segurança que as operações requerem, bem como a proteção à sociedade”, afirmou a autoridade aduaneira.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/06/2022

SUAPE INVESTE EM TECNOLOGIA IP PARA CONTROLE DE ACESSO E SEGURANÇA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 31 Mai 2022

Um dos terminais marítimos mais movimentados da América Latina, o Porto de Suape movimentava mais de 23,6 milhões de toneladas de carga anualmente. À medida que o volume de carga dos centros de operações de mais de 100 empresas nacionais e internacionais aumentava, as filas de caminhões necessários para movimentá-las se tornavam um problema. O desafio logístico exigiu o investimento em tecnologia capaz de regular o fluxo de tráfego de uma área de estacionamento de espera até o portão de entrada do complexo portuário e em terminais individuais.

A solução encontrada integra câmeras de vídeo IP da fabricante sueca Axis Communications e um conjunto de software de gerenciamento da Pegasus Technology que proporcionam imagens para identificar os veículos e os motoristas e assim determinar a quais terminais estão associados e quando estão programados para entrar. O resultado foi a queda significativa das infrações, irregularidades e até do comportamento agressivo de alguns profissionais que se frustravam com a espera.

No dia a dia, o controle automatizado começa quando um caminhão entra na área de parada designada fora dos portões do porto. Na chegada, uma câmera captura a imagem da licença e o leitor de placas da Pegasus, recurso de análise de vídeo incorporado na câmera, traduz os pixels em dados acionáveis. Com isso, o software utilizado para agendar os horários de entrada de cada motorista restringe o acesso ao porto até o horário determinado pelo caminhoneiro e integram as informações com os sistemas de logística de outras empresas de terminais.

Quando o sistema combina uma placa de licença com uma atribuição de entrada cronometrada, exibe o relatório de liberação em painéis de LED ao longo da estrada. À medida que os motoristas saem da área de preparação, verificam a tela e se não veem o indicativo de liberação são instruídos a entrar na pista de retorno e aguardar sua vez. Já na portaria principal, outro posto de controle com câmeras adicionais captura placas de veículos e analisa se o caminhão em questão chegou no horário de entrada programado. Em caso afirmativo, o sistema abre automaticamente o portão.

Como medida adicional de segurança e proteção, a equipe de operações supervisiona o processo a partir do Centro de Controle de Acesso do Porto de Suape

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 01/06/2022

SÃO FRANCISCO DO SUL - DOIS NAVIOS LEVAM 25 MILHÕES DE LITROS DE ÓLEO DE SOJA PARA CHINA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 31 Mai 2022



Cerca de 25 milhões de litros de óleo de soja foram exportados para a China através do Porto de São Francisco do Sul durante o último final de semana. A carga foi dividida em dois navios: o "Atlantic Crown" foi carregado com 15 milhões de litros e o "Pacific Jasper", com 10 milhões de litros.

O óleo foi transferido desde o terminal privado da Bunge, localizado dentro do complexo portuário, até o Berço 101 por meio de um mangote de 25 centímetros de diâmetro. O duto de 1,2 mil metros foi instalado junto ao chamado

“corredor de exportação”, estrutura com esteira por onde se escoam a soja e o milho do terminal graneleiro até os navios.

As duas operações foram concluídas em tempo recorde, com uma média de carregamento de 440 mil litros por hora. A operação foi coordenada pela empresa Litoral, operadora portuária responsável pela movimentação da carga.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 069/2022
Página 50 de 50
Data: 01/06/2022
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Os operadores do Porto levaram 31 horas para carregar o "Atlantic Crown" e 25 horas com o "Pacific Jasper".

O aumento na exportação de óleo de soja pelo Brasil em 2022 é impulsionado pelo conflito bélico no Leste da Europa, já que a Ucrânia é importante fornecedor de óleo de girassol.

Com a impossibilidade de receber esse produto, pelas interrupções nos embarques, vários países o estão substituindo por óleo de soja.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 01/06/2022



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de "feeds" é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006